ESTADO DO MARANHÃO
CAMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

9.4.1.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4.1. Habilitação Jurídica:

9.4.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; **OU**

9.4.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; **OU**

9.4.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; **OU**

9.4.1.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.1.5. Documentos pessoais dos sócios (RG e CPF)

9.4.1.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4.2. Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista:

9.4.2.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica** (CNPJ) atualizado;

9.4.2.2. prova de **regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.4.2.3. prova de **regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço** (FGTS);

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

9.4.2.4. prova de **inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho,** mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.4.2.5. prova de **regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.4.2.6. prova de **regularidade com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.4.2.7. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

9.4.2.8. a **inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver,** relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.3. Qualificação Econômico-financeira:

9.4.3.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

9.4.4. Habilitação técnica:

9.4.4.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços similares e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados de capacidade técnica, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

9.4.4.2. Certificado de Registro na Agência Nacional do Petróleo – ANP, devidamente atualizado.

9.4.4.3. Licença Ambiental de Regularização (LAR)

9.4.4.4. Certificado de Aprovação do corpo de bombeiro

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

9.4.5. O fornecedor enquadrado com microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.4.6. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

Atenciosamente,

ANTONIO FERNANDO OLIVEIRA

Antônio Fernando Oliveira

Presidente da Câmara Municipal

FLS. Nº 125

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2394258121

2 e 1 NOME E SOBRENOME: JODENILSON ARAUJO SILVA

1ª HABILITAÇÃO: 06/03/2007



3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 20/02/1984, BURITI, MA

4a DATA EMISSÃO: 07/06/2022

4b VALIDADE: 03/06/2032

ACC: [redacted]

D

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF: 1337161200006 GEJSP PI

4d CPF: 005.411.953-79

5 Nº REGISTRO: 04051233906

9 CAT HAB: AB

NACIONALIDADE: BRASILEIRO(A)

FILIAÇÃO: JOSE ANTONIO ALVES DA SILVA

BERNADETE ARAUJO SILVA

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A		03/06/2032	
A1			
B		03/06/2032	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
26086858436
MA047469064

LOCAL: SAO LUIS, MA

MARANHÃO

2394258121

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos - Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento - 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión - 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta - ACC - 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora - 4d. CPF - 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir - 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoria de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiação / Filiation / Filiación - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

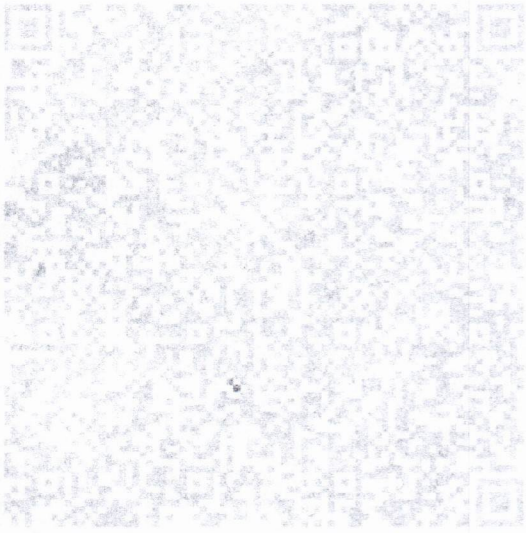
I<BRA040512339<069<<<<<<<<<<<<
8402208M3206032BRA<<<<<<<<<<<8
JODENILSON<<ARAUJO<SILVA<<<<<<

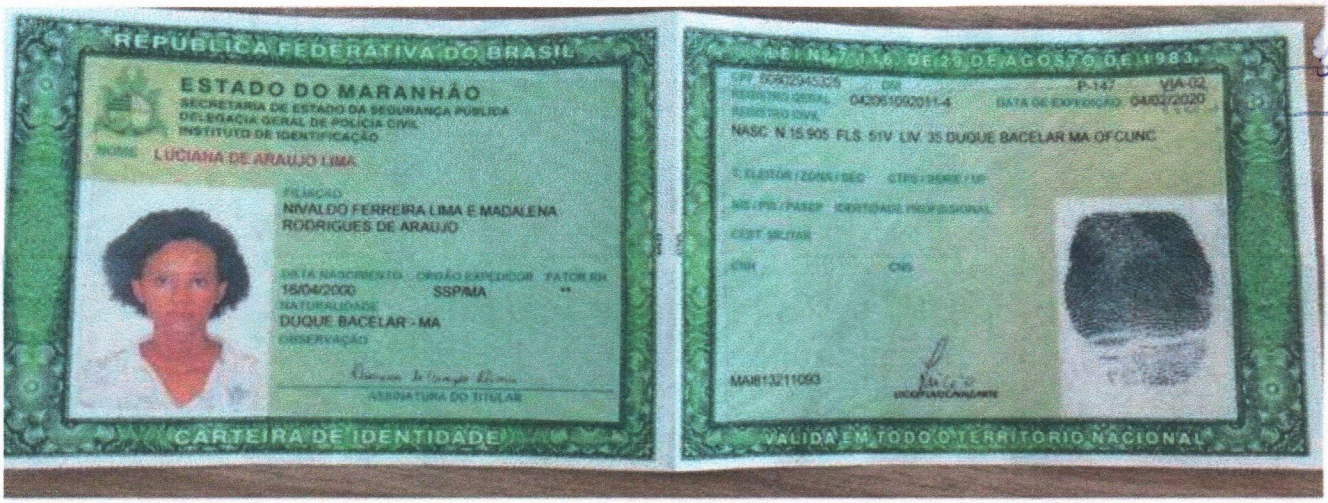
QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO
NOME LUCIANA DE ARAUJO LIMA
FILIAÇÃO
NIVALDO FERREIRA LIMA E MADALENA RODRIGUES DE ARAUJO
DATA NASCIMENTO ORGÃO EXPEDIDOR FATOR RH
16/04/2000 SSP/MA **
NATURALIDADE
DUQUE BACELAR - MA
OBSERVAÇÃO
ASSINATURA DO TITULAR
CARTEIRA DE IDENTIDADE
LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983.
CPF 05912945329 DPF P-147 VIA-02
REGISTRO GERAL 042051992011-4 DATA DE EXPEDIÇÃO 04/02/2020
NASC N 15 905 FLS 51V LIV 3S DUQUE BACELAR MA OF CUNC
MA81321105D
VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

FLS. Nº 127
Rubrica

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: O DUQUE LTDA
CNPJ: 56.000.162/0001-84

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:51:30 do dia 05/03/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 01/09/2026.
Código de controle da certidão: **A5E7.5CF6.D525.054A**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: O DUQUE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 56.000.162/0001-84
Certidão nº: 77863177/2025
Expedição: 12/12/2025, às 17:22:23
Validade: 10/06/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **O DUQUE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **56.000.162/0001-84, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

FLS. Nº 179
Rubrica

Voltar | Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 56.000.162/0001-84
Razão Social: O DUQUE LTDA
Endereço: RUA SANTO INACIO 01 / CENTRO / DUQUE BACELAR / MA / 65625-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:16/03/2026 a 14/04/2026

Certificação Número: 2026031607006291291166

Informação obtida em 23/03/2026 18:32:14

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

CAIXA

Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF

Inscrição: 55.000.151/0001-04
Razão Social: O PUDIM LTDA
Endereço: RUA SANTO INACIO N 77 CENTRO / DUQUE BACELAR / MA / 65625-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não será válido de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/03/2025 a 14/04/2026

Certificação Número: 2025031607006291291766

Informação obtida em 23/03/2025 15:32:14

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

130

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
56.000.162/0001-84 **MATRIZ**		**19/07/2024**

NOME EMPRESARIAL
O DUQUE LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
POSTO O DUQUE	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.31-8-00 - Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
45.20-0-05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores
47.29-6-02 - Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência
47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R SANTO INACIO	**01**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.625-000	**CENTRO**	**DUQUE BACELAR**	**MA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
JODENILSON_ENG@HOTMAIL.COM	**(86) 9978-9107/ (0000) 0000-0000**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**19/07/2024**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **27/01/2026** às **22:06:47** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

FLS. Nº 131
Rubrica

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR

Secretaria Municipal de Administração e Finanças
CNPJ: 06.314.439/0001-75

114.1

23/03/2026 18:14:19

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL-CNDA Nº 20/2026

AUTENTICAÇÃO:B635F9E3C038855C68C2704F08CAEEE1

CERTIFICO a pedido da pessoa interessada, que a empresa **O DUQUE LTDA**, Inscrita sob o CNPJ: **56.000.162/0001-84**, situada à **RUA SANTO INACIO, 01 CENTRO**, Neste Município, encontra-se quites com os tributos municipais, bem como o livro de **DÍVIDA ATIVA** deste setor de arrecadação desta prefeitura, nada consta no que diz respeito a débito em nome da referida empresa. O Requerente pretende com esta, fazer prova de Quitação de Tributos, não podendo ser usado para outros fins.

A Referida Certidão terá validade até **21/06/2026.**

Ressalvado à Prefeitura o direito de cobrar dívidas que venham a ser apuradas.

DUQUE BACELAR-MA, 23/03/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR

FLS. Nº 132

Secretaria Municipal de Administração e Finanças
CNPJ: 06.314.439/0001-75

52.2

23/03/2026 18:31:08

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS-CND Nº 22/2026

AUTENTICAÇÃO:FA3DADE3A49305F27F64203452AC954C

CERTIFICO, a pedido da pessoa interessada, que a empresa **O DUQUE LTDA**, devidamente Inscrito sob o CNPJ **56.000.162/0001-84**, situada à **RUA SANTO INACIO, 01 CENTRO**, encontra-se quites com os tributos municipais. O Requerente pretende com esta, fazer prova de Quitação de Tributos, não podendo ser usado para outros fins.

A Referida Certidão terá validade até **21/06/2026**.

Ressalvado à Prefeitura o direito de cobrar dívidas que venham a ser apuradas.

DUQUE BACELAR-MA, 23/03/2026.

FLS. Nº 133
Rubrica

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 030529/26 **Data da** 23/03/2026 18:27:15

Inscrição Estadual: 128644168 **CPF/CNPJ:** 56000162000184

Razão Social: O DUQUE LTDA

Endereço: RUA SANTO INACIO, 1 CEP: 65625000 - CENTRO

Telefone: (86)99789107 **Município:** DUQUE BACELAR **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 21/06/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 23/03/2026 18:27:15

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

FLS. Nº 134
Rubrica

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 023915/26 **Data da** 27/01/2026 22:31:24

Inscrição Estadual: 128644168 **CPF/CNPJ:** 56000162000184

Razão Social: O DUQUE LTDA

Endereço: RUA SANTO INACIO, 1 CEP: 65625000 - CENTRO

Telefone: (86)99789107 **Município:** DUQUE BACELAR **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 27/04/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 27/01/2026 22:31:24

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

O DUQUE LTDA

R Santo Inacio, 01 Centro, Duque Bacelar - MA - CEP: 65.625-000
CNPJ: 56.000.162/0001-84 Registro: 212015661601 (09/07/2024)

Balanço de Abertura
Encerrado no período de 19 de Julho de 2024

ATIVO			
CIRCULANTE			
DISPONÍVEL			
CAIXA GERAL			
CAIXA	100.000,00 D		
	----------	100.000,00 D	
		----------	100.000,00 D
			---------- 100.000,00 D
Total Geral do Ativo			100.000,00 D
PASSIVO			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CAPITAL SOCIAL			
INTEGRALIZADO			
LUCIANA DE ARAUJO LIMA	5.000,00 C		
JODENILSON ARAUJO SILVA	95.000,00 C		
	----------	100.000,00 C	
		----------	100.000,00 C
			---------- 100.000,00 C
Total Geral do Passivo			100.000,00 C

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial somando no Ativo e no Passivo CEM MIL REAIS de acordo com a documentação fornecida pela empresa.

Duque Bacelar, 19 de Julho de 2024

Luciana de Araujo Lima
Sócio Adminstrador - CPF: 608.029.453-25

Denisson Penha Serra
Contador - CRC - 006589O
CPF : 459.756.393-87

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa O DUQUE LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
45975639387	DENISSON PENHA SERRA
60802945325	LUCIANA DE ARAUJO LIMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 06/12/2024 09:45 SOB Nº 20241546516.
PROTOCOLO: 241546516 DE 06/12/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12417243041. CNPJ DA SEDE: 56000162000184.
NIRE: 21201561601. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 06/12/2024.
O DUQUE LTDA

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

FLS. Nº 137
Rubrica

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: O DUQUE LTDA

NIRE : 21201561601
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada

Protocolo: MAC2600052853

NIRE (Sede)	CNPJ	Data de Ato Constitutivo	Início de Atividade
21201561601	56.000.162/0001-84	19/07/2024	09/07/2024

Endereço Completo
Rua SANTO INACIO, Nº 01, CENTRO - Duque Bacelar/MA - CEP 65625-000

Objeto Social
4731-8/00 Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; 4732-6/00 Comércio varejista de lubrificantes; 4729-6/02 Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência; 4520-0/05 Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores.

Capital Social	Porte	Prazo de Duração
R$ 100.000,00 (cem mil reais) **Capital Integralizado** R$ 100.000,00 (cem mil reais)	ME (Microempresa)	Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
JODENILSON ARAUJO SILVA	005.411.953-79	R$ 5.000,00	Sócio	N	Indeterminado
LUCIANA DE ARAUJO LIMA	608.029.453-25	R$ 95.000,00	Sócio	S	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
LUCIANA DE ARAUJO LIMA	608.029.453-25	

Último Arquivamento

Data	Número	Ato/eventos
06/12/2024	20241546516	310 / 310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO

Situação
ATIVA

Status
SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 27/01/2026, às 09:36:46 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.ma.gov.br**, com o código **53GITYDR**.

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
Secretário-Geral

O DUQUE

RAZÃO SOCIAL: O DUQUE CNPJ: 56.000.162/0001-84
INSC. ESTADUAL: 128644168
RUA SANTO INACIO, CENTRO - DUQUE BACELAR/MA

FLS. Nº 038
Rubrica

DECLARAÇÃO DE PORTE DA EMPRESA (ME/EPP)

A empresa **O DUQUE LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 56.000.162/0001-84**, com sede na **Rua Santo Inácio, nº 01, Centro, Duque Bacelar/MA, CEP 65625-000**, por intermédio de sua representante legal **LUCIANA DE ARAUJO LIMA**, portadora do CPF nº **608.029.453-25**, **DECLARA**, para os devidos fins, especialmente para participação em procedimentos licitatórios e de credenciamento regidos pela **Lei nº 14.133/2021**, que:

- Enquadra-se na condição de **MICROEMPRESA (ME)**, nos termos do art. 3º, inciso I, da **Lei Complementar nº 123/2006**, com as alterações promovidas pela **Lei Complementar nº 155/2016**;
- Possui **receita bruta anual igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais)**, respeitando os limites legais vigentes;
- Não se enquadra em nenhuma das hipóteses de vedação previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;
- Atende integralmente às condições para usufruir do tratamento diferenciado e favorecido previsto na legislação aplicável às microempresas.

Declara, ainda, estar ciente de que a prestação de informações falsas sujeita a empresa às sanções previstas em lei, especialmente as constantes na **Lei nº 14.133/2021**, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Por ser verdade, firma a presente declaração.

Duque Bacelar/MA, 23 de março de 2026.

LUCIANA DE ARAUJO LIMA:60802945325

Assinado de forma digital por LUCIANA DE ARAUJO LIMA:60802945325
Dados: 2026.03.23 19:04:19 -03'00'

LUCIANA DE ARAUJO LIMA
SOCIA/ADMINISTRADORA
CPF: 608.029.453-25

FLS. Nº 139
Rubrica

PREFEITURA DE
DUQUE BACELAR
PRA FAZER MUITO MAIS

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Av. Coronel Rosalino, 167 Centro.
CEP: 65.625 – 000 DUQUE BACELAR – MA
CNPJ: 06.314.439/0001 – 75

EXERCÍCIO DE 2026

ALVARÁ

LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO DE PRODUÇÃO, COMÉRCIO, CONSTRUÇÃO, INDÚSTRIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

NOME OU RAZÃO SOCIAL: O DUQUE LTDA.

NOME FANTASIA: POSTO O DUQUE.

END: Rua Santo Inácio 01, Centro, Duque Bacelar - MA.

CNPJ: 56.000.162/0001-84 CEP: 65.625-000 DUQUE BACELAR-MA.

ATIVIDADE: Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; Comércio varejista de lubrificantes; Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência; Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GPL).

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 06h00min as 22h00min.

RESTRIÇÕES: SOMENTE PARA OS FINS ACIMA CITADOS.

VISTO:

Válido até 31/12/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Antonio Carlos Raudany da S. Almeida
Chefe de Arrecadação Tributária
Secretaria de Administração

ATENÇÃO

O Presente ALVARÁ deverá ser fixado em local bem visível à fiscalização do Departamento de Administração

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇAO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

O DUQUE LTDA

Pelo presente instrumento particular de Contrato Social:

JODENILSON ARAUJO SILVA, BRASILEIRO , CASADO(A), Comunhão Parcial, EMPRESARIO, nascido(a) em 20/02/1984, n° do CPF 005.411.953-79, residente e domiciliado na cidade de Buriti - MA, na AVENIDA GOV NUNES FREIRE, nº SN, BACURI, CEP: 65515-000;

LUCIANA DE ARAUJO LIMA, BRASILEIRA , SOLTEIRA, Empresaria, nascido(a) em 16/04/2000, n° do CPF 608.029.453-25, residente e domiciliada na cidade de Buriti - MA, na AVENIDA GOV NUNES FREIRE, nº SN, BACURI, CEP: 65515-000;

Resolvem, em comum acordo, constituir uma sociedade empresária limitada, nos termos da Lei n° 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I - DO NOME EMPRESARIAL (art. 997, II, CC)
A sociedade adotará como nome empresarial: **O DUQUE LTDA**, e usará a expressão POSTO O DUQUE como nome fantasia.

CLÁUSULA II - DA SEDE (art. 997, II, CC)
A sociedade terá sua sede no seguinte endereço: RUA SANTO INACIO, nº 01, CENTRO, Duque Bacelar - MA, CEP: 65625000.

CLÁUSULA III - DO OBJETO SOCIAL (art. 997, II, CC)
A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômica:4731-8/00 COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES; 4732-6/00 COMÉRCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES; 4729-6/02 COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM LOJAS DE CONVENIÊNCIA; 4520-0/05 SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E POLIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES.

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de 4731-8/00 COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES; 4732-6/00 COMÉRCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES; 4729-6/02 COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM LOJAS DE CONVENIÊNCIA; 4520-0/05 SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E POLIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES..

E exercerá as seguintes atividades:

CNAE Nº 4731-8/00 - Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores
CNAE Nº 4520-0/05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores
CNAE Nº 4732-6/00 - Comércio varejista de lubrificantes
CNAE Nº 4729-6/02 - Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência

CLÁUSULA IV - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO (art. 53, III, F, Decreto n° 1.800/96)
A sociedade iniciará suas atividades em 09/07/2024 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA V - DO CAPITAL (ART. 997, III e IV e ART. 1.052 e 1.055, CC)
O capital será de R$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100000 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, formado por R$ 100.000,00 (cem mil reais) em moeda corrente no Pais

Parágrafo único. O capital encontra-se subscrito e integralizado pelos sócios da seguinte forma:

Nome dos Sócios	Qtd Quotas	Valor Em R$	%
JODENILSON ARAUJO SILVA	5000	5.000,00	5,00
LUCIANA DE ARAUJO LIMA	95000	95.000,00	95,00
TOTAL:	100000	100.000,00	100,00

CLÁUSULA VI - DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 997, VI; 1.013, 1.015; 1.064, CC)
A administração da sociedade será exercida pelo sócio **LUCIANA DE ARAUJO LIMA** que representará legalmente a

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

O QUIQUE LTDA

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇAO DE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

O DUQUE LTDA

sociedade e poderá praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

Parágrafo único. Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.

CLÁUSULA VII - DO BALANÇO PATRIMONIAL (art. 1.065, CC)
Ao término de cada exercício, em 31 de Dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao(s) sócio(s), os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR (art. 1.011, § 1° CC e art. 37, II da Lei n° 8.934 de 1994)
O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA IX - DO PRÓ LABORE
Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pro labore para os sócios administradores, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA X - DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS
A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

CLÁUSULA XI - DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SÓCIO
Retirando-se, falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz, desde que autorizado legalmente. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s) na continuidade da sociedade, esta será liquidada após a apuração do Balanço Patrimonial na data do evento. O resultado positivo ou negativo será distribuído ou suportado pelos sócios na proporção de suas quotas.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA XII - DA CESSÃO DE QUOTAS
As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA XIII - DA RESPONSABILIDADE
A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA XIV - PORTE EMPRESARIAL
Os sócios declaram que a sociedade se enquadra como Microempresa - ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, LC nº 123, de 2006)

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇAO DE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

O DUQUE LTDA

CLAUSULA XV - DO FORO
Fica eleito o Foro da Comarca de Duque Bacelar - MA, para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

E por estarem em perfeito acordo, em tudo que neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente ato constitutivo, e assinam o presente instrumento em uma única via que será destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Maranhão.

Duque Bacelar - MA, 09 de julho de 2024

JODENILSON ARAUJO SILVA
Sócio

LUCIANA DE ARAUJO LIMA
Sócio/Administrador

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa O DUQUE LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
00541195379	JODENILSON ARAUJO SILVA
60802945325	LUCIANA DE ARAUJO LIMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 19/07/2024 10:41 SOB Nº 21201561601.
PROTOCOLO: 240951743 DE 19/07/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12410245880. CNPJ DA SEDE: 56000162000184.
NIRE: 21201561601. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 09/07/2024.
O DUQUE LTDA

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

FLS. Nº 0484
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO MUNICÍPIO DE
DUQUE BACELAR – MA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE DUQUE BACELAR – SEMMA-DB

LICENÇA DE OPERAÇÃO - LO
Nº01/2025 - PROCESSO Nº 001/2025 - VALIDADE 31/01/2027

A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMA-DB, com base na Lei Municipal Nº 155/2021, que regulamenta o processo de licenciamento autoriza:

NOME OU RAZÃO SOCIAL: **POSTO DUQUE LTDA**
EMPREENDIMENTO: **COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES.**
CNPJ: **56.000.162/0001-84.**

LICENÇA DE OPERAÇÃO - LO

ATIVIDADE REALIZADA: **POSTO DE COMBUSTÍVEL**

OBJETIVO DA LICENÇA: **COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES.**

Local da Atividade: **RUA SANTO INÁCIO, Nº001, BAIRRO CENTRO, CEP: 65.625-000 – DUQUE BACELAR – MA.**

COORDENADAS; **Latitude: 04°09'12,05" S Longitude: 42°56'45,01 W.**

Obs: Vide verso desta licença as EXIGÊNCIAS / RECOMENDAÇÕES

Duque Bacelar – MA, 31 de JANEIRO de 2025.

Vanessa Bastos Aguiar

VANESSA BASTOS AGUIAR
Secretária Municipal de Meio Ambiente de Duque Bacelar-MA.

FLS. Nº 125
Rubrica

PREFEITURA DE DUQUE BACELAR
PRA FAZER MUITO MAIS

SEMMA

CONDICIONANTES E RECOMENDAÇÕES

- **CONDIÇÕES GERAIS:**

A Empresa, **POSTO DUQUE LTDA,** inscrito no **CNPJ: 56.000.162/0001-84**, por meio desta, **LICENÇA DE OPERAÇÃO - LO**, está autorizado a operar o empreendimento, com atividade de **COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES**, localizado no **RUA SANTO INÁCIO, N°001, BAIRRO CENTRO, CEP: 65.625-000 – DUQUE BACELAR – MA, MUNICÍPIO DE DUQUE BACELAR/MA.** COORDENADAS; **Latitude: 04°09'12,05" S Longitude: 42°56'45,01 W.**

Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO - LO, diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei;

- O empreendender deverá apresentar as publicações de Recebimento da Licença Ambiental.
- Esta licença não é considerada como título para fins de reconhecimento do direito de propriedade ou posse do imóvel;
- A presente licença ambiental foi expedida com base em informações e documentos juntados pelo requerente, de sua responsabilidade;
- A SEMMA-DB não se responsabiliza por eventual uso indevido da presente licença advindo de dolo ou má fé;
- A SEMMA-DB mediante decisão motivada, poderá modificar estas condicionantes, suspender ou cancelar esta licença, caso ocorra:
- Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição desta licença;
- Graves riscos ambientais e de saúde.
- O empreendedor deverá comunicar imediatamente à SEMMA-DB, qualquer anormalidade que possa ser classificada como acidente ambiental;
- Quaisquer modificações no empreendimento somente poderão ser realizadas após exame e manifestação da SEMMA-DB;
- A renovação de licenças ambientais deve ser requerida com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do encerramento do prazo de validade estabelecido na presente licença.
- O não cumprimento das condições aqui relacionadas, assim como todo e qualquer dano ambiental provocado pelas atividades do empreendimento, será de inteira responsabilidade do empreendedor.
- Esta licença ambiental (e respectivas condicionantes) deverá ficar exposta em local de fácil acesso e visualização.
- O empreendedor deverá fixar placa indicativa de licenciamento ambiental em local visível, preferencialmente no acesso principal ao empreendimento ou voltada para a via que favoreça a melhor visualização. O modelo e as

PREFEITURA DE DUQUE BACELAR
PRA FAZER MUITO MAIS

SEMMA

especificações da placa indicativa de licenciamento devem ser solicitados na SEMMA-DB

Exigências relativas ao controle de efluentes líquidos:

- O empreendedor está ciente de que os esgotos sanitários do estabelecimento devem ser segregados dos demais efluentes e lançados em rede pública coletora ou receber tratamento no próprio local, de acordo com as Normas NBR 7.229/93 e NBR 13.969/97 da ABNT e Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, nº 357/2005 e 430/2011;
- Será definido como percentual mínimo aceitável para a eficiência de tratamento o índice de 90% para o efluente tratado em Estação de Tratamento de Efluente a ser lançado em manancial ou outra forma de disposição final, conforme Portaria SEMA nº 79/2013;
- O empreendedor está ciente de que é proibido lançar em via pública, rede de drenagem ou nos corpos receptores quaisquer resíduos ou efluente proveniente de vazamento ou derramamento acidental;
- O empreendedor deverá manter em bom estado o sistema de drenagem de águas pluviais, de modo a evitar carreamento de material para áreas externar à área da empresa.

Exigências relativas ao controle de ruído:

- Visando o conforto da comunidade, o empreendedor está ciente de que deverá realizar o controle do ruído na fonte (exemplo: troca de maquinário, manutenção preventiva, etc.) e/ou na trajetória (exemplo: enclauramento de maquinário, realização de processos produtivos ruidosos em ambientes fechados, plantio de árvores visando a formação de "*barreira vegeral*", etc.).
- O empreendedor está ciente de que deverá atender à NBR 10.151 (Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade), Resolução CONAMA nº 001/90 (*Dispõe sobre critérios de padrões de emissão de ruídos*) e Lei Estadual nº 5.715/93, ou aquelas que venham a substituí-las.

Exigências relativas aos requisitos de segurança contra incêncio epânico:

- O empreendedor está ciente de que deverá obedecer aos requisitos de segurança contra incêndio e pânico (indispensáveis para promover a segurança de pessoas, instalações e mercadorias) conforme o certificado de aprovação, ou ato equivalente, fornecido pelo Corpo de Bombeiros Militar (de acordo com a Lei Estadual nº 6.546/1995 - dispõe sobre o código de segurança contra incêndio e pânico do Estado do Maranhão e dá outras providências).

Exigências relativas à proteção da vegetação nativa:

- O empreendedor está ciente de que a vegetação situada em Área de Preservação Permanente – APP deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoas física ou jurídica, de direito público ou privado (Art. 7º, Lei Federal nº 12.651/2012, Novo Código Florestal);
- O empreendedor está ciente de que tendo ocorrido supressão vegetal situada em Área de Preservação Permanente, proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título é obrigado a promover a recomposição vegetal.

PREFEITURA DE DUQUE BACELAR
PRA FAZER MUITO MAIS

SEMMA

ressalvados os usos autorizados previsto na Lei Federal nº 12.651/2012 (§ 1°, Art. 7°, Lei Federal n° 12.651/2012);

- O empreendedor está ciente de que a Reserva Legal deve ser conservada com cobertura de vegetação nativa pelo proprietário do imóvel rural, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado (Art. 17, Lei Federal n° 12.651/2012);

Condições Específicas - sobre a solicitação da Licença de Operação – LO

- Realizar as publicações de Recebimento em um prazo maximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da Licença de Operação – LO.
- Autorização de Revendedor expedida pela ANP, entregar no prazo de 90 dias.
- Aprovação dos Projetos de Combate a incendio – CAP, no periodo maximo de 90 dias.

Condições Específicas - sobre a solicitação da renovação da LO:

- O empreendedor deverá apresentar, quando da solicitação da Renovação da Licença de Operação, os documentos e estudos exigidos em nosso check list (além dos outros documentos exigidos no processo de licenciamento ambiental);
- Tendo em vistas os impactos ambientais decorrentes da atividade os mesmos devem apresentar Adoção de Medidas Mitigadoras considerando os impactos ambientais;

Fica o empreendedor ciente de que o não cumprimento fiel destas Recomendações e Condicionantes constantes no anexo da presente, assim como todo dano causado ao meio ambiente, por negligencia, omissão ou imperícia, é de sua inteira responsabilidade, podendo a LICENÇA AMBIENTAL ser cassada a qualquer momento, por este órgão ou pela via judicial e o infrator responsabilizado civil e criminalmente, conforme determina a Legislação Ambiental em vigor.

FLS. Nº 148
Rubrica

CERTIFICADO DE POSTO REVENDEDOR

Razão Social : O DUQUE LTDA

CNPJ : 56000162000184

Nro. de Autorização : PR/MA0249800

Nro. Despacho : ANP Nº 633

Data da Publicação : 22/05/2025

Endereço : RUA SANTO INACIO - 01 - - CENTRO - DUQUE BACELAR - MA

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 8°, inciso XV da Lei n° 9.478, de 06 de agosto de 1997, certifica que, nesta data, a empresa acima mencionada encontra-se autorizada, por esta Agência, a exercer a atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos, nos termos da Resolução ANP n° 948, de 05 de outubro de 2023.

Emitido às **18:37:19** horas do dia **23/03/2026** (data e horário de brasília).
Código de controle do certificado: **2652336E6E1B1B84**

Este certificado é válido por 03 meses contados a partir de sua emissão, não prevalecendo sobre certificados emitidos posteriormente.
Tanto a veracidade das informações quanto a condição de Posto Revendedor Autorizado deverão ser verificadas pela internet, no site da ANP: www.anp.gov.br

O DUQUE

RAZÃO SOCIAL: O DUQUE CNPJ: 56.000.162/0001-84
INSC. ESTADUAL: 128644168
RUA SANTO INACIO, CENTRO - DUQUE BACELAR/MA

FLS. Nº 149
Rubrica

DECLARAÇÃO ÚNICA DE HABILITAÇÃO, IDONEIDADE E CUMPRIMENTO LEGAL

A empresa **O DUQUE LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 56.000.162/0001-84**, com sede na **Rua Santo Inácio, nº 01, Centro, Duque Bacelar/MA, CEP 65625-000**, neste ato representada por sua sócia-administradora **LUCIANA DE ARAUJO LIMA**, portadora do CPF nº **608.029.453-25**, **DECLARA**, para fins de participação no **Dispensa de licitação nº 001/2026**, promovido pela Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA, e em atendimento às exigências do edital e da **Lei nº 14.133/2021**, que:

1. **Conhece, aceita e concorda integralmente** com todas as condições, cláusulas e exigências estabelecidas no edital e em seus anexos, não tendo qualquer ressalva a opor;
2. **Cumpre plenamente os requisitos de habilitação** previstos no edital e na legislação vigente, especialmente na **Lei nº 14.133/2021**, assumindo inteira responsabilidade pela veracidade das informações e documentos apresentados;
3. **Não existe fato superveniente impeditivo** à sua habilitação ou contratação com a Administração Pública, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021;
4. **Não foi declarada inidônea**, nem se encontra suspensa de licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, em qualquer esfera de governo;
5. **Não emprega menor de 18 (dezoito) anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em conformidade com o art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
6. Enquadra-se como **MICROEMPRESA (ME)**, nos termos do art. 3º, inciso I, da **Lei Complementar nº 123/2006**, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de vedação previstas em seu §4º;
7. Está ciente de que a **prestação de informações falsas** ou a apresentação de documentação inidônea poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis, conforme a legislação vigente.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

Duque Bacelar/MA, 23 de março de 2026.

LUCIANA DE ARAUJO LIMA:60802945325

Assinado de forma digital por LUCIANA DE ARAUJO LIMA:60802945325
Dados: 2026.03.23 19:05:50 -03'00'

LUCIANA DE ARAUJO LIMA
SOCIA/ADMINISTRADORA
CPF: 608.029.453-25

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 23/03/2026 18:49:27

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **O DUQUE LTDA**
CNPJ: **56.000.162/0001-84**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

FLS. Nº 151
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU

FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Data emissão: 23/03/2026 **Nº da certidão:** 12601234059

Data de validade: 23/05/2026 **Código de Validação:** 3e9b328560

NOME: O DUQUE LTDA

CNPJ: 56.000.162/0001-84

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1o GRAU DE JURISDIÇÃO do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de ações de pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial distribuída(s) que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial contempla ações de Falência, Recuperação Judicial/Extrajudicial e Insolvência Civil.

Observações:

a) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;

b) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;

c) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;

d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;

e) Fonte da pesquisa: sistema PJE (1o grau);

FLS. Nº 152
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
1ª Vara da Comarca de Coelho Neto

CERTJUDONE-1VCN - 362025
Código de validação: ACB9B2315B

Número da guia: 25052401002320207.

CERTIDÃO ÚNICA DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS

USANDO da faculdade que me confere a Lei, **CERTIFICO**, a requerimento de pessoa interessada, que, dando busca nos arquivos dos feitos referentes às **Varas Cíveis, Comércio, Fazenda Pública, Família, Falência ou Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, Insolvência Civil, Sucessão, Inventário, Interdição, Tutela, Curatela, Ausência e Criminal**, a partir do dia 1º (primeiro) do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze (2015) até a presente data, constatei **NÃO EXISTIR** distribuição de **AÇÕES DE FALÊNCIA E CONCORDATA ou RECUPERAÇÃO FISCAL JUDICIAL ou EXTRAJUDICIAL,** em desfavor de **O DUQUE LTDA,** Nome de Fantasia**: POSTO DUQUE.** inscrita no CNPJ **56.000.162/0001-84,** estabelecida à Rua Santo Inácio**,** nº 01, Bairro Centro, na cidade de Duque Bacelar – MA, CEP 65625-000. **CERTIFICO**, finalmente, que esta Secretaria de Distribuição é a única existente na Comarca de Coelho Neto, que abrange os Termos Judiciários de Afonso Cunha e Duque Bacelar, cidades do Estado do Maranhão. O referido é verdade e dou fé. Dada e passada a presente certidão na Secretaria de Distribuição a meu cargo, no Fórum "José Vera-Cruz Santana", aos **17/12/2025,** nesta cidade de Coelho Neto, Estado do Maranhão. Eu, Raimundo Reis Lopes de Oliveira, Distribuidor Judicial, mat. 1503911. consultei, digitei e assino.

OBSERVAÇÃO:
Período da Pesquisa: 10 anos
Pesquisa nos Sistemas THEMISPG e PJE

RAIMUNDO REIS LOPES DE OLIVEIRA
Função Gratificada Especial
1ª Vara da Comarca de Coelho Neto
Matrícula 1503911

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.
#ConsumoConsciente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
1ª Vara da Comarca de Coelho Neto

CERTIDÃO-1VCN - 362028
Código de validação: ACB9B22158

Número da guia: 25052240102362028/1

CERTIDÃO ÚNICA DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS

CERTIFICO, finalmente, que esta Serventia de Distribuição é a única existente na Comarca de Coelho Neto, que abrange os Termos Judiciários de Afonso Cunha e Duque Bacelar, cidades do Estado do Maranhão. O referido é verdade e dou fé. Data e passada a presente certidão na Secretaria de Distribuição a meu cargo, no Forum Vera-Cruz Santana", aos **17/12/2025**, nesta cidade de Coelho Neto, Estado do Maranhão. Eu, Raimundo Reis Lopes de Oliveira, Distribuidor Judicial, mat. 150391-1, conferi, digitei e assino.

OBSERVAÇÃO:
Período da Pesquisa: 10 anos
Pesquisa nos Sistemas THEMIS/PG e PJE

RAIMUNDO REIS LOPES DE OLIVEIRA
Função Gratificada Especial
1ª Vara da Comarca de Coelho Neto
Matrícula 150391-1

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
1ª Vara da Comarca de Coelho Neto

Documento assinado. COELHO NETO, 17/12/2025 08:36 (RAIMUNDO REIS LOPES DE OLIVEIRA)

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

O DUQUE LTDA

SANTO INACIO, 01 - CENTRO

65625-000 DUQUE BACELAR - MA
Fone (98)3242-4047

DANFE
DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA
0 - ENTRADA
1 - SAÍDA
1
Nº 4
SÉRIE 1
FOLHA 1/1

CHAVE DE ACESSO
2126 0156 0001 6200 0184 5500 1000 0000 0412 1125 2104

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal
ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTENTICAÇÃO DE USO
LANCAMENTO REFERENTE CUPOM FISCAL	**421260002339299 19/01/2026 21:26:56**

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO EMITENTE	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ
128644168		56.000.162/0001-84

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL			CNPJ / CPF	DATA DA EMISSÃO
MEGA EMPREENDIMENTOS CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA			**10.962.583/0001-95**	19/01/2026
ENDEREÇO	**BAIRRO / DISTRITO**	**CEP**		**DATA SAÍDA**
CEL COLARES MOREIRA, SL.303C.EMP.V.DE MORAIS, 7	CALHAU	65071-322		**20/01/2026**
MUNICÍPIO	**UF**	**FONE / FAX**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**HORA DA SAÍDA**
SAO LUIS	MA		123183049	**18:20**

FATURA / DUPLICATA

CALCULO DO IMPOSTO

BASE DE CALCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CALCULO DO ICMS S.T	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	5.185,42

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESP. ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**5.185,42**

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DE VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF
	9 - Sem Ocorrência de transporte				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
808				0,000	0,000

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B. CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. IPI
4	DSL B S500 ICMS monofasico sobre combustiveis cobrado anteriormente conforme Convenio ICMS 126/2024; BC 583,1200 (em litros); Aliq.: R$ 1,1200; Vlr.ICMS mono ret: R$ 653,09;	27101921	061	5929	LI	583,119	6,410	3737,79	0	0	0	0	0
3	DSL B S10 COMUM ICMS monofasico sobre combustiveis cobrado anteriormente conforme Convenio ICMS 126/2024; BC 209,5900 (em litros); Aliq.: R$ 1,1200; Vlr.ICMS mono ret: R$ 234,74;	27101921	061	5929	LI	209,585	6,430	1347,63	0	0	0	0	0
5	GAS C COMUM ICMS monofasico sobre combustiveis cobrado anteriormente conforme Convenio ICMS 15/2023; BC 15,6500 (em litros); Aliq.: R$ 1,4700; Vlr.ICMS mono ret: R$ 23,01;	27101259	061	5929	LI	15,650	6,390	100,00	0	0	0	0	0

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
Dados adicionais Documentos referenciados: , 30340, 30499, 30673, 30887, 30929, 30977, 30978, 31012, 31256, 31384 ICMS monofasico sobre combustiveis cobrado anteriormente conforme Convenio ICMS 126/2024; ICMS monofasico sobre combustiveis cobrado anteriormente conforme Convenio ICMS 15/2023; / 493,79 (9,52 %) Fed e 1046,74 (20,19 %) Est Fonte: IBPT/empresometro.com.br 1C2537	

RECEBEMOS DE O DUQUE LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA AO LADO. EMISSÃO: 19/01/2026 VALOR TOTAL: 5185,42 DESTINATÁRIO: MEGA EMPREENDIMENTOS CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - CEL COLARES MOREIRA, SL.303C.EMP.V.DE MORAIS, 7, CALHAU, SAO LUIS-MA

DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	**NF-e Nº 4 SÉRIE 1**

MEGA EMPREENDIMENTOS
construções&serviços

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins e efeitos legais, que a empresa **DUQUE LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 56.000.162/0001-84**, com sede à Rua Santo Inácio, nº 01, Centro, Duque Bacelar/MA, CEP 65.625-000, tendo como representante legal a Sra. Luciana de Araújo Lima, brasileira, empresária, CPF nº 608.029.453-25, forneceu combustíveis para veículos automotores à **MEGA EMPREENDIMENTOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.**

Reiteramos ainda que o fornecimento foi realizado dentro dos prazos estabelecidos, atendendo plenamente às especificações solicitadas.

Informamos também que o fornecimento apresentou bom desempenho e qualidade, tendo a empresa DUQUE LTDA cumprido fielmente com todas as suas obrigações, nada constando que a desabone técnica ou comercialmente até a presente data.

São Luís/MA, 20 de janeiro de 2026.

Atenciosamente,

JOSÉ SOUSA BARROS FILHO CPF nº 858.104.013-68 CREA-MA nº 110570640-0

Assinado de forma digital por JOSÉ SOUSA BARROS FILHO CPF nº 858.104.013-68 CREA-MA nº 110570640-0
Dados: 2026.01.20 08:58:50 -03'00'

JOSÉ SOUSA BARROS FILHO
Mega Empreendimentos Construções e Serviços Ltda.
CNPJ-10.962.583/0001-95

FLS. Nº 156

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

O DUQUE LTDA

SANTO INACIO, 01 - CENTRO

65625-000 DUQUE BACELAR - MA

Fone (98)3242-4047

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

1

Nº 5

SÉRIE 1

FOLHA 1/1

CHAVE DE ACESSO

2126 0156 0001 6200 0184 5500 1000 0000 0514 9153 4986

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e

www.nfe.fazenda.gov.br/portal

ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTENTICAÇÃO DE USO
LANCAMENTO REFERENTE CUPOM FISCAL	**421260002687677 21/01/2026 21:30:02**

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO EMITENTE	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ
128644168		56.000.162/0001-84

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL			CNPJ / CPF	DATA DA EMISSÃO
R. V. CONSTRUCAO E COMERCIO LTDA			**18.538.339/0001-01**	21/01/2026
ENDEREÇO	**BAIRRO / DISTRITO**	**CEP**		**DATA SAÍDA**
ZECA BARAO, 06	CENTRO	65625-000		**21/01/2026**
MUNICÍPIO	**UF**	**FONE / FAX**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**HORA DA SAÍDA**
DUQUE BACELAR	MA		124148484	**18:23**

FATURA / DUPLICATA

CALCULO DO IMPOSTO

BASE DE CALCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CALCULO DO ICMS S.T	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	4.538,75

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESP. ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**4.538,75**

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DE VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF
	9 - Sem Ocorrência de transporte				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
707				0,000	0,000

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B. CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. IPI
2	GAS ADITIVADA ICMS monofasico sobre combustiveis cobrado anteriormente conforme Convenio ICMS 15/2023; BC 71,9100 (em litros); Aliq.: R$ 1,4700; Vlr.ICMS mono ret: R$ 105,71;	27101259	061	5929	LI	71,909	6,410	460,93	0	0	0	0	0
4	DSL B S500 ICMS monofasico sobre combustiveis cobrado anteriormente conforme Convenio ICMS 126/2024; BC 185,6500 (em litros); Aliq.: R$ 1,1200; Vlr.ICMS mono ret: R$ 207,93;	27101921	061	5929	LI	185,648	6,410	1190,00	0	0	0	0	0
3	DSL B S10 COMUM ICMS monofasico sobre combustiveis cobrado anteriormente conforme Convenio ICMS 126/2024; BC 337,4900 (em litros); Aliq.: R$ 1,1200; Vlr.ICMS mono ret: R$ 377,99;	27101921	061	5929	LI	337,485	6,430	2170,02	0	0	0	0	0
5	GAS C COMUM ICMS monofasico sobre combustiveis cobrado anteriormente conforme Convenio ICMS 15/2023; BC 112,3300 (em litros); Aliq.: R$ 1,4700; Vlr.ICMS mono ret: R$ 165,13;	27101259	061	5929	LI	112,333	6,390	717,80	0	0	0	0	0

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
Dados adicionais Documentos referenciados: , 29884, 30354, 30728, 31061, 31270, 31939, 32045 ICMS monofasico sobre combustiveis cobrado anteriormente conforme Convenio ICMS 15/2023; ICMS monofasico sobre combustiveis cobrado anteriormente conforme Convenio ICMS 126/2024; / 444,93 (9,80 %) Fed e 964,62 (21,25 %) Est Fonte: IBPT/empresometro.com.br 1C2537	

RECEBEMOS DE O DUQUE LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA AO LADO. EMISSÃO: 21/01/2026 VALOR TOTAL: 4538,75 DESTINATÁRIO: R. V. CONSTRUCAO E COMERCIO LTDA - ZECA BARAO, 06, CENTRO, DUQUE BACELAR-MA

DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	**NF-e Nº 5 SÉRIE 1**

FLS. Nº 157
Rubrica

SANTA MARIA
CONSTRUÇÕES
Rua Chico Rita - Centro
Duque Bacelar/MA
(98) 98506-4533 (98) 9 8420-4073
@santamariaconstruções_db

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins e efeitos legais, que a empresa **O DUQUE LTDA**, situada na Rua Santo Inácio, Nº 01, Centro, Duque Bacelar/MA, CEP: 65.625-000, INSCRITA NO CNPJ Nº 56.000.162/0001-84, que tem por representante legal a Sra. Luciana de Araujo Lima, Brasileira, Empresária, CPF Nº: 608.029.453-25, **FORNECEU COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES** desta empresa **R. V. Construção e Comércio Ltda**, cujo nome fantasia é Santa Maria Construções, situada na Rua Zeca Barão, nº 06, Centro, Duque Bacelar/MA, CEP: 65.625-000, inscrita no CNPJ nº 18.538.339/0001-01, tendo como representante legal a Sra. Maria do Socorro Machado Aguiar, brasileira, empresária, portadora do CPF nº 460.696.663-72.

Declaramos, ainda, que os fornecimentos foram realizados dentro dos prazos estabelecidos, com bom desempenho, atendendo plenamente às exigências técnicas e contratuais, cumprindo fielmente todas as suas obrigações.

Nada consta que desabone a empresa técnica ou comercialmente até a presente data.

Duque Bacelar -MA, 21 de janeiro de 2026.

MARIA DO SOCORRO MACHADO AGUIAR:46069666372

Assinado de forma digital por MARIA DO SOCORRO MACHADO AGUIAR:46069666372
Dados: 2026.01.21 14:01:03 -03'00'

R.V. CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA
CNPJ 18.538.339.0001/01

FLS. Nº 158
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MARANHÃO
5º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR

CERTIFICADO DE APROVACÃO Nº.: CA-5282025-5BBM

Nos termos da Lei Nº 11.390, DE 21 de dezembro de 2020, certificamos que a edificação ou a área de risco abaixo, foi vistoriada e está de conformidade com as normas de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Maranhão, estando liberada para obtenção do Alvará de Funcionamento e/ou Habite-se junto ao orgão competente.

Nome / Razão Social:
O DUQUE LTDA

CPF / CNPJ:
56.000.162/0001-84

Nome fantasia / Ocupante:
POSTO O DUQUE

Classificação: G-3: LOCAL DOTADO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL
ATC(m²): 522,01
Ramo de Atividade:
COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES

Técnico responsável:	CREA/CAU	CAP
LUAN PEREIRA DOS SANTOS	1915454050	CAP-1192325-5BBM

Endereço:		Número:
R SANTO INACIO		01
Bairro:	**Cidade:**	**UF**
CENTRO	DUQUE BACELAR	MA

Complemento:

Observações:
1 – PARA O FUNCIONAMENTO, O PROPRIETÁRIO DEVERÁ ADQUIRIR AS DEMAIS LICENÇAS JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES, ESTE DOCUMENTO DEVERÁ PERMANECER NA EDIFICAÇÃO EM LOCAL VISÍVEL, PODENDO SER FACILMENTE LOCALIZADO PELOS VISTORIADORES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MARANHÃO.
2– POSSUI VALIDADE DE 01 (UM) ANO DA DATA DE SUA EMISSÃO,ESTÁ SUJEITO A SER CASSADO, CASO A FISCALIZAÇÃO DO CBMMA VERIFIQUE ALTERAÇÕES NOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO.
3 - FICA PROIBIDA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE REUNIÃO DE PÚBLICO (FESTAS, ENCONTROS AUTOMOTIVOS E OUTROS), NOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS, NA ÁREA DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS E SEUS ENTORNOS, POR SE TRATAR DE LOCAL DE ATMOSFERAS EXPLOSIVAS REPRESENTANDO ALTO GRAU DE RISCO DE INCÊNDIO, CONFORME ITEM 7.4 DA NT 44/2021/CBMMA.

1. Este documeto deverá permanecer na edificação em local visível.
2. Este certificado tem validade de 12 (doze) meses a partir de sua data base, estando sujeito a ser cassado, quando constatado alterações nos sistemas preventivos contra incêndio e pânico.

Data/Vistoria: **07/05/2025**
Vistoriador: JUAN DIEGO DA SILVA DE LIRA

Liberado em: **15/05/2025**

GUSTAVO DANIEL DA SILVA MIRANDA CUNHA
COMANDANTE DE UBM

Código de validação.

CA-5282025-5BBM
A validade deste documento pode ser confirmada em https://cbm.ssp.ma.gov.br

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MARANHÃO
5º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR

Fls. nº 159
Rubrica

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DE PROJETO Nº : CAP-1192325-5BBM

DADOS DA EMPRESA

Nome / Empresa
O DUQUE LTDA

Ocupante / Nome
POSTO O DUQUE

CNPJ/CPF :
56.000.162/0001-84

LOCALIZAÇÃO

Endereço: R SANTO INACIO, nº 01
Bairro : CENTRO **Cidade :** DUQUE BACELAR **CEP:** **UF:** MA
Completo :

DADOS TÉCNICOS

Classificação BM :
G-3: LOCAL DOTADO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL

Ramos de Atividade :
COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES

Autor do Projeto :
LUAN PEREIRA DOS SANTOS
CREA/CAU
1915454050

Área Terreno :	ATC :	Núm. Pavimentos :	Altura :
3722,82	522,01	1	0

MEDIDAS PREVENTIVAS

SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS
ACESSO DE VIATURA ÀS EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO
SEGURANÇA ESTRUTURAL CONTRA INCÊNDIO
CONTROLE DE MATERIAL DE ACABAMENTO E REVESTIMENTO
SAÍDAS DE EMERGÊNCIA
SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA
SISTEMA DE PROTEÇÃO POR EXTINTORES
CENTRAL E REDE DE DISTRIBUIÇÃO INTERNA DE GLP
DOCUMENTAÇÃO

RUAN SOMES DE OLIVEIRA
Analista do Projeto

DATA DE EMISSÃO: 10/03/2025

Código de validação
CAP-1192325-5BBM
A validade deste documento pode ser confirmada em
https://cbm.ssp.ma.gov.br

AMUJACY ARAUJO SILVA NETO
SUBCOMANDANTE DE UBM - CAP

Scanned with CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE
DUQUE BACELAR
Transparência, responsabilidade e desenvolvimento

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR/PMDB

DESPACHO

À Assessoria Jurídica
Câmara Municipal de Duque Bacelar – MA
Adv. José Diêgo Leal Sales

Senhor Assessor,

Estamos encaminhamos em anexo os autos do Processo administrativo nº. 06/2026, para exame, e aprovação dos procedimentos de Contratação de empresa especializada em fornecimento de combustível, de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar, a deflagração por DISPENSA DE LICITAÇÃO, de acordo com o previsto no fundamenta-se no Art. 74, II da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

Sendo o que dispomos para o momento reiteramos nossos mais sinceros votos de estima e consideração.

Duque Bacelar - MA, 25 de março de 2026.

Washington Carlos Ferreira dos Santos
Agente de Contratação-PMDB

***Ref.:* Processo nº 06/2026**
***Requerente nos Autos:* Agente de Contratação/CMDB-MA**
***Interessado*: Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA**

Assunto: Contratação Direta. Dispensa. Favorável.

PARECER JURÍDICO

Para melhor compreensão didática, este parecer divide-se em Relatório, Análise da Demanda, Dispositivo e Encaminhamento.

RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo desencadeado memorando interno **de Formalização da Demanda** da Secretaria Administrativa da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA, solicitando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA.

De relevante, cumpre destacar que consta nos autos:

- Documento de Formalização da Demanda;
- Termo de Referência
- Despacho do Presidente;
- Despacho do Agente de Contratação;
- Orçamentos;
- Pesquisa de Mercado;
- Despacho de Dotação;
- Documentos da prestadora de serviços;
- Parecer Técnico da Comissão;

Por fim, verifica-se que a Comissão de Contratação juntou aos autos, a sua Portaria, bem como minuta de contrato, para conhecimento, análise e emissão de parecer jurídico da assessoria jurídica, de acordo com os ditames contidos na Lei Nº 14.133/2021.

É o breve relatório.

1. ANÁLISE DA DEMANDA:

A Constituição Federal, em seu art. 37, inciso XXI, dispõe sobre a obrigatoriedade de a Administração Pública licitar, ressalvados os casos legais em que a lei preveja as situações de dispensa e inexigibilidade, que constituem as hipóteses de contratação direta:

> **XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**

A licitação pode ser definida como o meio através do qual a Administração contrata, garantindo o cumprimento dos princípios constitucionais da legalidade, isonomia, moralidade, impessoalidade, dentre outros, buscando, ainda, a seleção da proposta mais vantajosa, nos termos da Lei n.º 14.133/93 (Lei de Licitações e Contratos):

> **Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).**

Celso Antônio Bandeira de Mello definiu a licitação, enfatizando os seus requisitos de competição, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa:

> **É um certame que as entidades governamentais devem promover e no qual abrem disputa entre os interessados em com elas travar determinadas relações de conteúdo patrimonial, para escolher a proposta mais vantajosa às conveniências públicas. Estriba-se na**

ideia de competição, a ser travada isonomicamente entre os que preencham os atributos e aptidões necessários ao bom cumprimento das obrigações que se propõem assumir.

2. Licitação, Licitação Inexigível ou Dispensável?

A flexibilização no dever de licitar não implica ausência de processo formal. Ou seja, na contratação direta, é necessário observar a Lei Federal n" 14.133/2021 no que tange aos procedimentos mínimos e à formalização de processos de contratação direta mediante dispensa ou inexigibilidade.

Nessa vereda, há de se questionar se deve licitar, dispensar ou exigi-la para a contratação dos serviços em preço, portanto, sem que seja necessária a licitação.

Com relação a distinção entre as situações de dispensa e de inexigibilidade de licitação, basicamente, temos a lição de Lucas Rocha Furtado, para quem:

> **A diferença entre as situações de dispensa e de inexigibilidade reside no fato de que, na primeira, haveria a possibilidade de competição entre possíveis interessados, o que torna possível a realização de licitação. Na segunda, na inexigibilidade, ao contrário, não haveria competição, isso porque só existe um objeto ou uma pessoa que atenda às necessidades da Administração: a licitação é, portanto, inviável.**[1]

Nesse contexto, o artigo 72, da Lei de Licitações dispõe sobre a instrução dos processos de contratação direta, vejamos:

> Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
> I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
> II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
> III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

[1] FURTADO. Lucas Rocha. Curso de Licitações e Contratos Administrativos. 2 ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2009, p. 67.

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
VI - razão da escolha do contratado;
VII - justificativa de preço;
VIII - autorização da autoridade competente.

Assim sendo, até o presente momento verifica-se que o referido processo compreende as documentações exigidas pela legislação.

Nessa esteira, a análise se limitará a verificar os aspectos formais do processo de contratação direta via dispensa de licitação, nos termos do artigo 75, II da Lei nº 14.133/2021. Nessa modalidade de contratação direta, embora seja viável a competição, a lei faculta à Administração dispensar a licitação devido ao baixo valor da contratação, visto que o custo econômico advindo do procedimento licitatório seria superior aos benefícios trazidos por ele.

O referido dispositivo da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, trouxe disposições específicas sobre a possibilidade de dispensa de licitação para contratações cujo valor não ultrapasse limites previamente estabelecidos. Essa modalidade, conhecida como *"dispensa em razão do valor"*, visa simplificar procedimentos administrativos, garantindo maior celeridade na gestão pública.

> Art. 75. É **dispensável a licitação**: (...) II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; (grifo nosso)

Conforme ensina Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (2021): *"a dispensa em razão do valor é um instrumento voltado para a racionalização dos processos administrativos, reduzindo a burocracia em situações que envolvam contratações de baixo impacto econômico"*.

O autor ressalta que, apesar da dispensa, a transparência e a eficiência na aplicação dos recursos públicos devem ser priorizadas.

Nesse mesmo sentido, Maria Sylvia Zanella Di Pietro, em Direito Administrativo (2021), aponta que "*a dispensa de licitação em razão do valor, prevista na legislação vigente, deve ser interpretada como um mecanismo para atender à economicidade e à*

proporcionalidade, evitando que procedimentos licitatórios onerem desnecessariamente a Administração, especialmente em contratações de pequeno porte".

Ainda sobre o tema, Alexandrino e Paulo, em Direito Administrativo Descomplicado (2022), esclarecem que "*o legislador, ao fixar os limites monetários para a dispensa de licitação, busca um equilíbrio entre a desburocratização e a preservação dos princípios da legalidade e impessoalidade. Contudo, a ausência de licitação não exime o gestor público de comprovar que a contratação foi vantajosa e atendia ao interesse público*".

Nesse diapasão, de acordo com o Decreto Federal nº 12.343/2024, o novo limite fixado é de R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos) para essas contratações. Assim, para serviços e compras até o referido valor, o legislador concede ao gestor a faculdade de optar pela realização de licitação ou pela sua dispensa, modalidade essa conhecida como "dispensa em razão do valor" disposta no artigo 75, II, da Nova Lei de Licitações.

No caso em questão se verifica a análise do inciso VII do art. 72 da Lei 14.133/21. Inobstante o fato de a presente contratação estar dentro dos limites estabelecidos no art. 75, II da Lei 14.133/21, o que justifica a contratação direta, vale tecer alguns comentários acerca da justificativa de preços e como fora realizada a pesquisa de preços:

> Diz o art. 72 da Lei 14.133/21:
>
> "Art. 72. O processo de **contratação direta**, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: (...)
> **VII - justificativa de preço;**

Em relação aos preços ofertados, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

Ressalta-se que a pesquisa de preços que justifica a contratação fora realizada *mediante a consulta de fornecedores do mesmo ramo ou com atividades similares, nos termos* no art. 5º, inciso IV, Instrução Normativa SEGES /ME Nº 65, de 7 de julho de 2021.

Nesse contexto, a contratação pretendida compatibiliza-se com o limite atual para dispensa em razão do valor. Dessa forma, resta demonstrado que é possível a Administração optar pelo procedimento de Dispensa de Licitação, previsto no art. 75, II, da Lei 14.133/21, para contratação da referida empresa.

3. **Da Minuta do Contrato**

Aproveitamos para fazer a juntada de Minuta de Contrato, elaborada nos termos do **art. 92 da Lei nº. 14.133/21**. Senão vejamos:

> **Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:**
> **I - o objeto e seus elementos característicos;**
> **II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;**
> **III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;**
> **IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;**
> **V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;**
> **VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;**
> **VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;**
> **VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;**
> **IX - a matriz de risco, quando for o caso;**
> **X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;**
> **XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;**
> **XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;**
> **XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;**
> **XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;**

XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;
XIX - os casos de extinção.
§ 1º Os contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as domiciliadas no exterior, deverão conter cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, ressalvadas hipóteses dos incisos de I a III do presente parágrafo:

Nesse diapasão, observa-se que a Minuta do Contrato em epígrafe contém as cláusulas necessárias para formação do instrumento público contratual, conforme prescreve as normas estabelecidas na Lei Federal.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por derradeiro, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe.

Destarte, à luz da competência desta Assessoria jurídica, não lhe compete adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Câmara Municipal, nem *analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.*

Dispositivo

Ante aos fatos expostos e análise jurídica realizada com base na Lei nº 14.133/2021 e normas correlatas, entende-se por opinar neste parecer que, diante da presente análise, verificamos que todo o procedimento administrativo até o presente momento, bem como a

minuta, está em consonância com os ditames da Nova Lei de Licitações, lembrando-se que as especificações técnicas e a estimativa de custo dizem respeito à análise de responsabilidade exclusiva dos setores competentes.

Ante aos fatos expostos e análise jurídica realizada, entende-se por opinar neste parecer que, é possível autorizar a contratação por Dispensa de Licitação, nos termos do art. 75, II, da Lei 14.133/21.

É o parecer, *sub censura.*

ENCAMINHAMENTO

Encaminhem-se os devidos autos à **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO** para conhecimento, providências e demais deliberações ao seu cargo.

Duque Bacelar/MA, 27 de março de 2026.

José Diego Leal Seles
OAB/PI nº 11586
Portaria nº 002/2025
Assessor Jurídico

CÂMARA MUNICIPAL DE
DUQUE BACELAR
Transparência, responsabilidade e desenvolvimento

CÂMARA MUNICIPAL DE
DUQUE BACELAR
Transparência, responsabilidade e desenvolvimento

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

DESPACHO PRESIDENTE CÂMARA MUNICIPAL

Acolho o parecer da Assessoria Jurídica.

RATIFICO o procedimento de dispensa n° 01/2026 objeto, Contratação de empresa especializada em fornecimento de combustível, de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar, nos termos do inciso II, do artigo 75, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Encaminhe-se para as demais providências legais da aquisição.

Duque Bacelar, 30 de março de 2026

Antônio Fernando Oliveira
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE
DUQUE BACELAR
Transparência, responsabilidade e desenvolvimento

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 001/2026

REF.: Processo Administrativo nº 06/2026; A Câmara Municipal de Duque Bacelar - Ma, inscrita no CNPJ sob o nº 07.740.442/0001-13, neste ato representado pelo seu presidente, Sr. Antônio Fernando Oliveira CPF: 432.433.123-53, e no uso de suas atribuições legais, de acordo com o dispositivo do inciso VIII, do Art. 72, da Lei Nº 14.133/2021, RATIFICA o procedimento de contratação, embasado no inciso II, do artigo 75, da Lei Federal nº 14.133/2021. Ademais, concorda com o Parecer Jurídico, para o procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, por meio de Dispensa de Licitação, referente à processo de contratação da empresa, O DUQUE LTDA, inscrita no CNPJ nº 56.000.162/0001-84, sediado(a) na Rua Santo Inácio, Centro, Duque Bacelar/MA, OBJETO: Contratação de empresa especializada em fornecimento de Combustível de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar; VALOR GLOBAL: R$ 62.990,00 (Sessenta e dois mil e novecentos e noventa reais). Determino a publicação da presente ratificação no Diário Oficial da Câmara Municipal de Duque Bacelar - Ma, para que produza os efeitos legais. Publique-se e cumpra-se. Em 30 de março de 2026.

Adv. José Diêgo Leal Sales
OAB/PI 11586
Assessoria Jurídica

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 001/2026

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 001/2026

REF.: Processo Administrativo nº 06/2026; A Câmara Municipal de Duque Bacelar-Ma, inscrita no CNPJ sob o nº 07.740.442/0001-13, neste ato representado pelo seu presidente, Sr. Antônio Fernando Oliveira CPF: 432.433.123-53, e no uso de suas atribuições legais, de acordo com o dispositivo do inciso VIII, do Art. 72, da Lei Nº 14.133/2021, RATIFICA o procedimento de contratação, embasado no inciso II, do artigo 75, da Lei Federal nº 14.133/2021. Ademais, concorda com o Parecer Jurídico, para o procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, por meio de Dispensa de Licitação, referente à processo de contratação da empresa, O DUQUE LTDA, inscrita no CNPJ nº 56.000.162/0001-84, sediado(a) na Rua Santo Inácio, Centro, Duque Bacelar/MA, OBJETO: Contratação de empresa especializada em fornecimento de Combustível de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar; VALOR GLOBAL: R$ 62.990,00 (Sessenta e dois mil e novecentos e noventa reais). Determino a publicação da presente ratificação no Diário Oficial da Câmara Municipal de Duque Bacelar-Ma, para que produza os efeitos legais. Publique-se e cumpra-se. Em 30 de março de 2026.

Adv. José Diêgo Leal Sales
OAB/PI 11586
Assessoria Jurídica

Identificador: 3735-93c55d1f4a884437567b8f02fcf617e733f2ec73

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 002/2026

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 002/2026

REF.: Processo Administrativo nº 08/2026; A Câmara Municipal de Duque Bacelar-Ma, inscrita no CNPJ sob o nº 07.740.442/0001-13, neste ato representado pelo seu presidente, Sr. Antônio Fernando Oliveira CPF: 432.433.123-53, e no uso de suas atribuições legais, de acordo com o dispositivo do inciso VIII, do Art. 72, da Lei Nº 14.133/2021, RATIFICA o procedimento de contratação, embasado no inciso II, do artigo 75, da Lei Federal nº 14.133/2021. Ademais, concorda com o Parecer Jurídico, para o procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, por meio de Dispensa de Licitação, referente à processo de contratação da empresa, V P DA C CASTRO, CNPJ nº 45.538.503/0001-53, Sediada na Rua São Judas Tadeu, Centro. Duque Bacelar-MA, OBJETO: Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Sistema de Votação Eletrônica e Painel Digital destinado à Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA; VALOR GLOBAL: R$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais). Determino a publicação da presente ratificação no Diário Oficial da Câmara Municipal de Duque Bacelar-Ma, para que produza os efeitos legais. Publique-se e cumpra-se. Em 06 de março de 2026.

Adv. José Diêgo Leal Sales
OAB/PI 11586
Assessoria Jurídica

Identificador: 3735-17161a6cfae4cc7b01cae42a5c008173782b8d39

FLS. Nº 172
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

TERMO DE CONTRATO Nº 3103/2026

Processo Administrativo nº 06/2026
Dispensa de Licitação nº 01/2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DUQUE BACELAR-MA, ATRAVÉS DA CÂMARA MUNICIPAL E A EMPRESA V P DA C CASTRO.

Por este instrumento particular, o MUNICÍPIO DE DUQUE BACELAR-MA, através da **CÂMARA MUNICIPAL**, situada na Ave. Coronel Rosalino, s/n Centro , DUQUE BACELAR-MA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.740.442/0001-13, neste ato representado pelo presidente Sr. Antônio Fernando Oliveira, CPF n° 432.433.123-53, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a empresa, pessoa jurídica de direito privado, O DUQUE LTDA, inscrita no CNPJ nº 56.000.162/0001-84, sediada na Rua Santo Inácio, Centro, Duque Bacelar/MA, CEP: 65625-000, neste ato representada por sua representante legal, Sra. Luciana de Araújo Lima, inscrita no CPF n° 608.029.453-25, doravante denominada **CONTRATADA**, tem, entre si, ajustado o presente CONTRATO n° 3103/2026, decorrente da Dispensa de Licitação n° 01/2026, formalizado nos autos do Processo Administrativo nº 06/2026, submetendo-se as cláusulas e condições abaixo e aos preceitos instituídos pela Lei Federal n° 14.133/2021, em seu art. 75, inciso II.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Contratação de empresa especializada em fornecimento de combustível, de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.2.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
1.2.2. A Autorização de Contratação Direta;
1.2.3. A Proposta do Contratado;
1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORMA DE RECEBIMENTO DO OBJETO

2.1. O recebimento dos serviços será feito de acordo com as disposições previstas no Termo de Referência, nos termos do Art. 140 da Lei n° 14.133/2021.

2.2. O objeto do presente contrato administrativo deverá ser executado após o recebimento da ordem de serviço pela Contratada.

2.3. O não cumprimento do disposto no item 7.1 acarretará a aplicação de multa de mora e, a critério da Administração, a extinção unilateral do contrato, com fundamento no art. 162 da Lei n° 14.133/2021.

2.4. A administração rejeitará fundamentadamente, todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com o especificado no termo de referência e na proposta, com fundamento no art. 140, § 1°, da Lei n° 14.133/2021.

2.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 3 (três) dias úteis, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, com fundamento no art. 119 da Lei n° 14.133/2021.

2.6. O não cumprimento do disposto no item 7.4 acarretará a aplicação de multa de mora e, a critério da Administração, a extinção unilateral do contrato, com fundamento no art. 162 da Lei n° 14.133/2021.

2.7. O objeto contratado será recebido:

2.7.1. Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material ou serviço com as exigências contratuais, com fundamento no art. 140, inciso II, alínea "a", da Lei n° 14.133/2021.

2.7.2. Definitivamente, em até 30 (trinta) dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, com fundamento no art. 140, inciso II, alínea "b", e § 3° da Lei n° 14.133/2021.

Scanned with CamScanner

2.8. O setor competente, designado para o acompanhamento do objeto, fará o recebimento limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na nota fiscal, no termo de referência e na proposta da empresa vencedora, fazendo constar no canhoto e no verso da nota a data da entrega e, se for o caso, as irregularidades observadas.

2.9. Assim, foi devidamente especificado os critérios de medição, conforme determina o art. 6°, inciso XXIII, ALÍNEA "G", DA Lei n° 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - GARANTIA DOS SERVIÇOS

3.1. Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade do serviço executado, pelo prazo de validade.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1. Pela aquisição do objeto do presente instrumento de contrato, a CONTRATANTE, pagará à CONTRATADA, o valor global de R$ 62.990,00 (Sessenta e dois mil e novecentos e noventa reais).

ITEM	TIPO/COMBUSTÍVEL	UND	QUANT. 12 MESES	VAL. UNIT.	TOTAL/ANO (12 MESES)
1	GASOLINA COMUM	LITROS	5000	R$ 5,91	R$ 29.550,00
2	OLEO DIESEL	LITROS	5500	R$ 6,08	R$ 33.440,00
					R$ 62.990,00

4.2. O pagamento será realizado pelo setor competente da Câmara Municipal de Duque Bacelar – MA, no prazo de até 30 (trinta) dias após a solicitação pela contratada, acompanhada da nota fiscal e dos documentos de regularidade fiscal, desde que respeitada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, com fundamento no art. 141, caput, da Lei n° 14.133/2021.

4.3. O órgão disponibilizará, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, com fundamento no art. 141, § 3°, da Lei n° 14.133/2021.

4.4. A nota fiscal deverá especificar de forma detalhada o objeto executado.

4.5. A nota fiscal que apresentar erro será devolvida para correção e reapresentação, oportunidade em que será reaberta a contagem do prazo previsto no item 8.1.

4.6. O pagamento apenas será efetuado após a especificação liquidação da despesa, conforme previsto no art. 63 da Lei n° 4.320/1964, que terá por base o contrato, a nota de empenho e os comprovantes da entrega do objeto.

4.7. O pagamento apenas será efetuado após a empresa comprovar a manutenção de todas as condições de habilitação exigidas no termo de referência, com fundamento no art. 92, inciso XVI, da Lei n° 14.133/2021.

4.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6 / 100) I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

4.10. Assim, foi devidamente especificado os critérios de pagamento, conforme determina o art. 6°, inciso XXIII, alínea "g", da Lei n° 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA- RECURSOS FINANCEIROS

5.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA.

Scanned with CamScanner

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

5.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Orgão: 01 – Câmara Municipal
Unidade Gestora: 01.01 – Câmara Municipal
Projeto/Atividade: 2001 - Manutenção E Funcionamento Da Câmara Municipal
Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 - Material De Consumo.

5.3. Em caso de prorrogação contratual ou alteração/inclusão dos respectivos créditos orçamentários e/ou financeiros, as despesas decorrentes da execução do objeto correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente, devidamente classificadas em termo de aditamento de contrato.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1. A contratada terá direito ao reajustamento, desde que decorridos 12 (doze) meses da data base vinculada à data do orçamento estimado, conforme previsto no art. 25, § 7°, c/c art. 92, inciso V, da Lei n° 14.133/2021.
6.2. O reajustamento será calculado através da seguinte formula:
6.2.1. O índice de reajuste será o índice de Preços ao consumidor Amplo – IPCA, instituído pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).
6.2.2. A data base adotada será a data 01 (um) ano posterior ao início da vigência contratual.
6.2.3. Para o cálculo do reajustamento será utilizada a seguinte fórmula:

$$R = V \times \frac{I - Io}{Io} = \text{onde:}$$

R – Valor do reajustamento calculado;
V – Valor contratual do objeto a ser reajustados;
I – Índice (IPCA), correspondente à data base.

6.3. Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas que ultrapassem o período mencionado e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa da Contratada.
6.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgada o índice definitivo.
6.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
6.6. Na ausência de previsão legal quanto ai índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

7.1. Este contrato administrativo terá vigência de 12 (doze) meses, 12/03/2025 a 12/03/2026, conforme Termo de Referência e determina Lei n° 14.133/2021.
7.2. Caso o objeto do contrato administrativo não seja exaurido até o final de sua vigência a mesma será automaticamente prorrogada, desde que haja disponibilidade de créditos orçamentários, conforme possibilita o art. 109 c/c art. 105 da Lei n° 14.133/2021.

7.3. O contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração, conforme dispõe o art. 124, inciso I, da Lei n° 14.133/2021:
7.3.1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
7.3.2. Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

Scanned with CamScanner

FLS. Nº 175
Rubrica

7.4. O contrato poderá ser alterado por acaso entre as partes, conforme dispõe o art. 124, inciso II, da Lei nº 14.133/2021:

7.4.1. Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

7.4.2. Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como modo de fornecimento em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

7.4.3. Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de serviço;

7.4.4. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequência incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

7.5. Nas alterações unilaterais a que se refere o item 7.3, subitem "7.3.1", o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, não sendo possível a transfiguração do objeto, conforme dispõe o art. 124 c/c art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

7.6. Nas alterações contratuais para supressão, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocados no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados, conforme dispõe o art. 129 da Lei nº 14.133/2021.

7.7. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, conforme dispõe o art. 130 da Lei nº 14.133/2021.

7.8. Eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, conforme dispõe o art. 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1. **Caberá ao CONTRATANTE além das obrigações previstas no AVISO e no Termo de Referência:**

8.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do(s) Contrato(s);

8.1.2. Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, para execução dos serviços, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais, ou ser prejudicial à saúde dos usuários;

8.1.3. A Contratante deverá ter reservado o direito de não mais utilizar os serviços da Contratada caso a mesma não cumpra o estabelecido no Contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021;

8.1.4. Intervir ou interromper a execução dos serviços, nos casos e condições previstos na Lei nº 14.133/2021;

8.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com as disposições do Contrato;

8.1.6. Denunciar as infrações cometidas pela Contratada e aplicar-lhe às penalidades cabíveis nos termos da Lei nº 14.133/2021;

8.1.7. Modificar ou rescindir unilateralmente o Contrato nos casos previstos na Lei nº 14.133/2021;

8.1.8. Preencher e enviar a Ordem de serviço de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de referência;

8.1.9. Receber os serviços executados pela CONTRATADA, que estejam em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções a serem realizadas, devendo assinar ao final o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO;

8.1.10. Solicitar a substituição imediata de serviços que julgar insuficientes, inadequados ou prejudiciais;

8.1.11. Recusar com a devida justificativa qualquer serviço executado fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA;

Scanned with CamScanner

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

8.1.12. Assumir a responsabilidade pelos prejuízos eventualmente causados à CONTRATADA, decorrentes do mau uso ou operação imprópria, a partir do ato da recepção do serviço executado de forma inadequada;
8.1.13. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura da emitida pela CONTRATADA dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;
8.1.14. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento dos serviços.
8.1.15. Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos quantitativos e qualificativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando por escrito à CONTRATADA, as ocorrências de imperfeições, falhas ou irregularidades, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades constatadas no fornecimento dos serviços.

8.2. Caberá à CONTRATADA, além das obrigações previstas no contrato e no Termo de referência:
8.2.1. Executar os serviços, objeto do contrato, em conformidade com o Termo de referência, e de acordo com a sua proposta de preço, independentemente de sua transcrição, sob as penas da Lei nº 14.133/2021;
8.2.2. Assumir em caráter exclusivo, toda e qualquer responsabilidade de natureza civil, trabalhista previdenciária, comercial, fiscal, e respectivos ônus, tanto em relação a si, quanto ao pessoal eventualmente contratado para a entrega dos serviços objeto do contrato;
8.2.3. Emitir a Nota Fiscal de Fornecimento dos Serviços fazendo discriminar no seu corpo a dedução dos impostos exigidos pela Contratante, e o lote e número de processo de contratação.
8.2.4. Executar os serviços conforme especificações definidas no Termo de referência, não podendo nunca ser inferior a esta;
8.2.5. Manter capacidade mínima de execução para atender as demandas contratadas;
8.2.6. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo contratante, relacionados com as especificações dos serviços;
8.2.7. Executar, nos locais determinados pelo CONTRATANTE na(s) Ordem(ns) de Serviços, os serviços objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de execução estabelecido;
8.2.8. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação aos serviços que forem objetos do Contrato e prestar os esclarecimentos necessários;
8.2.9. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;
8.2.10. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais dos Contatos e/ou dos Gestores dos Contratos inerentes à execução do objeto contratual;
8.2.11. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE.
8.2.11.1. Apurado o dano e caracterizada sua autoria por qualquer empregado da CONTRATADA, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, mediante o pagamento de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser emitida pelo Gestor do Contrato no valor correspondente ao dano, acrescido das demais penalidades constantes do instrumento convocatório e do contrato.
8.2.12. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da execução do objeto pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento dos serviços, total ou parcialmente, a qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária, e recusar os materiais empregados que julgar inadequados;
8.2.13. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
8.2.14. Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando à CONTRATANTE para pagamento;
8.2.15. Substituir os serviços reprovados na aceitação, dentro do prazo estabelecido no Termo de referência, sem ônus para a CONTRATANTE;

Scanned with CamScanner

FLS. Nº 177
Rubrica

8.2.16. Substituir os serviços que apresentarem falhas, sem ônus para a CONTRATANTE, no prazo de demais condições previstas no Termo de referência.
8.2.17. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
8.2.18. Executar, nos locais determinados pelo CONTRATANTE na Ordem de Serviço, objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de execução estabelecido;
8.2.19. Arcar com todas as despesas relacionadas à Executar os serviços, tais como frete, seguro, impostos, taxas e outros, inclusive em caso de troca, se houver.
8.2.20. Os Serviços deverão ser de excelente qualidade, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor.
8.2.21. A contratada estará obrigada a atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato, ainda que o fornecimento dos serviços decorrente esteja previsto para ocorrer após o término de sua vigência.
8.2.22. Tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas no Termo de referência e no(s) respectivo(s) contrato(s), inclusive quanto ao compromisso de fornecimento dos serviços dos quantitativos contratados;
8.2.23. Proceder com o Backup (cópia) de todo o conteúdo produzido durante a prestação dos serviços e execução do contrato, devendo ser entregue ao CONTRATANTE. Havendo necessidade de restauração de dados, tal solicitação deverá ser feita por escrito e o CONTRATADO terá até 24 horas para completar o restabelecimento do que necessário restaurar.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
9.1. As sanções administrativas serão aplicadas em conformidade com o disposto nos arts. 155 a 163 da Lei n° 14.133/2021, referentes ao capítulo "I – Das infrações e Sanções Administrativas". **9.2.** O contratado poderá ser penalizado pelas seguintes infrações administrativas, conforme determina o art. 155 da Lei n° 14.133/2021:
9.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
9.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
9.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
9.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
9.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
9.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
9.2.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
9.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
9.2.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
9.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
9.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
9.2.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei n°12.846, de 1/ de agosto de 2013.
9.3. Poderão ser aplicadas ao contrato as seguintes sanções, conforme determina o art. 156 da Lei n° 14.133/2021:
9.3.1. Advertência;
9.3.2. Multa;
9.3.3. Impedimento de licitar e contratar;
9.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
9.5. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente na hipótese da infração mencionada no item 9.2, subitem "9.2.1", quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme determina o art. 156, § 2°, da Lei n° 14.133/2021.
9.6. A sanção de multa será aplicada por qualquer das infrações mencionadas no item 9.2 e, a critério da administração, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, conforme determina o art. 156, § 3°, da Lei n° 14.133/2021.

Scanned with CamScanner

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada nas hipóteses das infrações mencionadas no item 9.2, subitens "9.2.2", "9.2.3", "9.2.4", "9.2.5", "9.2.6" e "9.2.7", da Lei n° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave , e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme determina o art. 156, § 4°, da Lei n° 14.133/2021.

9.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada nas infrações mencionadas no item 9.6, se necessária aplicação de penalidade mais grave, e nas infrações mencionadas no item 9.2, subitens "9.2.7", "9.2.8", "9.2.9", "9.2.10" e "9.2.11", e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta ou indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis (anos), conforme determina o art. 156, § 5°, da Lei n° 14.133/2021.

9.9. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa, conforme determina o art. 156, § 7°, da Lei n° 14.133/2021.

9.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da persa desse valor, a diferença será descontada a garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme determina o art. 156, § 8°, da Lei n° 14.133/2021.

9.11. A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, conforme determina o art. 156, § 9° da Lei n° 14.133/2021.

9.12. Da possibilidade de defesa:

9.12.1. Na aplicação da pena de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme determina o art. 157 da Lei n° 14.133/2021.

9.12.2. Na aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, conforme determina o art. 158 da Lei n° 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, conforme determina o art. 117 da Lei n° 14.133/2021.

10.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme determina o art. 117, § 1°, da Lei n° 14.133/2021.

10.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme determina o art. 117, § 2°, da Lei n° 14.133/2021.

10.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo contratante, conforme determina o art. 120 da Lei n° 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

11.1. A extinção do presente instrumento de contrato dar-se-á de acordo com os artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal n°. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. O presente Instrumento é regido pelas disposições expressas na Lei nº 14.133, de 1° de abril de 2021, pelos preceitos de direito público, lhe aplicando supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Scanned with CamScanner

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 14.133/2021, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULADÉCIMA QUARTA– DA PUBLICAÇÃO RESUMIDA

14.1. Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a publicação resumida deste instrumento de contrato e seus aditamentos (se houver), será efetuada na Imprensa oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Coelho Neto- MA, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na preste ata, as partes assinam o presente instrumento, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

Duque Bacelar/MA, 31 de março de 2026

Antonio Fernando Oliveira
Antônio Fernando Oliveira
CPF nº 432.433.123-53
Representante legal do CONTRATANTE

Luciana de Araujo Lima
O DUQUE LTDA
CNPJ nº 56.000.162/0001-84
Luciana de Araújo Lima
CPF nº 608.029.453-25
Representante legal do CONTRATADO

Testemunhas

01 _____

01 _____

Scanned with CamScanner

FLS. Nº 180
Rubrica

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: O DUQUE LTDA
CNPJ: 56.000.162/0001-84

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:51:30 do dia 05/03/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 01/09/2026.
Código de controle da certidão: **A5E7.5CF6.D525.054A**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

FLS. Nº 181
Rubrica

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 56.000.162/0001-84
Razão Social: O DUQUE LTDA
Endereço: RUA SANTO INACIO 01 / CENTRO / DUQUE BACELAR / MA / 65625-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:16/03/2026 a 14/04/2026

Certificação Número: 2026031607006291291166

Informação obtida em 23/03/2026 18:32:14

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

CAIXA

Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF

Inscrição: 56.000.1e2/0001-8x
Razão Social: O DUQUE LTDA
Endereço: RUA SANTO INACIO 01 / CENTRO / DUQUE BACELAR / MA / 65625-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7º da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/03/2026 a 14/04/2025

Certificação Número: 2026031607000291291165

Informação obtida em 23/03/2026 18:32:14

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: O DUQUE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 56.000.162/0001-84
Certidão nº: 77863177/2025
Expedição: 12/12/2025, às 17:22:23
Validade: 10/06/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **O DUQUE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **56.000.162/0001-84**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: O DUQUE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 56.000.162/0001-84
Certidão nº: 77863177/2025
Expedição: 12/12/2025, às 17:22:23
Validade: 10/06/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que O DUQUE LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 56.000.162/0001-84, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pela Lei nº 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 07/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados consultados nesta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas contém os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quando as obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordo judicial trabalhista, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei, ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

FLS. Nº 183
Rubrica

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 030529/26 **Data da** 23/03/2026 18:27:15

Inscrição Estadual: 128644168 **CPF/CNPJ:** 56000162000184

Razão Social: O DUQUE LTDA

Endereço: RUA SANTO INACIO, 1 CEP: 65625000 - CENTRO

Telefone: (86)99789107 **Município:** DUQUE BACELAR **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 21/06/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 23/03/2026 18:27:15

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 0805291/26 Data da 23/03/2026 18:27:15

Inscrição Estadual: 128944188 CPF/CNPJ: 55000165200184

Razão Social: O DUQUE LTDA

Endereço: RUA SANTO INACIO, 1 CEP: 65625000 - CENTRO

Telefone: (83)997585107 Município: DUQUE BACELAR UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: **90 (noventa) dias**: 21/06/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: https://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 23/03/2026 18:27:15

FLS. Nº 184
Rubrica

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 023915/26 **Data da** 27/01/2026 22:31:24

Inscrição Estadual: 128644168 **CPF/CNPJ:** 56000162000184

Razão Social: O DUQUE LTDA

Endereço: RUA SANTO INACIO, 1 CEP: 65625000 - CENTRO

Telefone: (86)99789107 **Município:** DUQUE BACELAR **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 27/04/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 27/01/2026 22:31:24

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 023971626 Data da 27/01/2026 22:31:24

Inscrição Estadual: 128844158 CPF/CNPJ: 58000102000184

Razão Social: O DUQUE LTDA

Endereço: RUA SANTO INACIO, 1 CEP: 65625000 - CENTRO

Telefone: (86)997897107 Município: DUQUE BACELAR UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas processadas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 27/04/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: http://portalsefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 27/01/2026 22:31:24

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR

Secretaria Municipal de Administração e Finanças
CNPJ: **06.314.439/0001-75**

FLS. Nº 185
Rubrica

52.2

23/03/2026 18:31:08

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS-CND Nº 22/2026

AUTENTICAÇÃO:FA3DADE3A49305F27F64203452AC954C

CERTIFICO, a pedido da pessoa interessada, que a empresa **O DUQUE LTDA**, devidamente Inscrito sob o CNPJ **56.000.162/0001-84**, situada à **RUA SANTO INACIO, 01 CENTRO**, encontra-se quites com os tributos municipais. O Requerente pretende com esta, fazer prova de Quitação de Tributos, não podendo ser usado para outros fins.

A Referida Certidão terá validade até **21/06/2026**.

Ressalvado à Prefeitura o direito de cobrar dívidas que venham a ser apuradas.

DUQUE BACELAR-MA, 23/03/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR

Secretaria Municipal de Administração e Finanças
CNPJ: 06.374.439/0001-75

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS-CND Nº 22/2026

AUTENTICAÇÃO: FA3DADE3A4530F27F642034A2AC984C

CERTIFICO, a pedido da pessoa interessada, que a empresa O DUQUE LTDA, devidamente inscrito sob o CNPJ 56.000.162/0001-84, situada à RUA SANTO INACIO, 01 CENTRO, encontra-se quites com os tributos municipais. O Requerente pretende com esta, fazer prova de Quitação de Tributos, não podendo ser usado para outros fins.

A Referida Certidão terá validade até 21/04/2026.

Ressalvado à Prefeitura o direito de cobrar dívidas que venham a ser apuradas.

DUQUE BACELAR-MA, 23/03/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR

Secretaria Municipal de Administração e Finanças
CNPJ: **06.314.439/0001-75**

FLS. Nº 186
Rubrica

114.1

23/03/2026 18:14:19

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL-CNDA Nº 20/2026

AUTENTICAÇÃO:B635F9E3C038855C68C2704F08CAEEE1

CERTIFICO a pedido da pessoa interessada, que a empresa **O DUQUE LTDA**, Inscrita sob o CNPJ: **56.000.162/0001-84**, situada à **RUA SANTO INACIO, 01 CENTRO**, Neste Município, encontra-se quites com os tributos municipais, bem como o livro de **DÍVIDA ATIVA** deste setor de arrecadação desta prefeitura, nada consta no que diz respeito a débito em nome da referida empresa. O Requerente pretende com esta, fazer prova de Quitação de Tributos, não podendo ser usado para outros fins.

A Referida Certidão terá validade até **21/06/2026**.

Ressalvado à Prefeitura o direito de cobrar dívidas que venham a ser apuradas.

DUQUE BACELAR-MA, 23/03/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR

Secretaria Municipal de Administração e Finanças
CNPJ: 06.314.439/0001-75

23/03/2026 18:14:19

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL-CNDA Nº 201/2026
AUTENTICAÇÃO: B52BF9E3C03885C6B2704F08CAEEE61

CERTIFICO a pedido da pessoa interessada, que a empresa O **DUQUE LTDA**, inscrita sob o CNPJ: **56.000.162/0001-84**, situada à **RUA SANTO INÁCIO, 01 CENTRO**, Neste Município, encontra-se quites com os tributos municipais, bem como o livro de **DÍVIDA ATIVA** desta seior de arrecadação **desta** prefeitura, nada consta no que diz respeito a debito em nome da referida empresa. O Requerente pretende com esta, fazer prova de Quitação de Tributos, não podendo ser usado para outros fins.

A Referida Certidão terá validade até 21/06/2026.

Ressalvado à Prefeitura o direito de cobrar dívidas que venham a ser apuradas.

DUQUE BACELAR-MA, 23/03/2026.

mails institucionais; tratamento e processamento de dados), desenvolvimento do portal com extensão .ma.gov.br e locação da plataforma de transparência, e-sic, ouvidoria, carta de serviços, execução do portal da transparência da câmara municipal, acompanhado de monitoramento de sistemas de terceiros, autoavaliação do portal, acompanhamento de informações (consultoria e assessoria), suporte e treinamento online e presencial; **AMPARO LEGAL**: Lei Federal n° 14.133/2021, Art. 75, inciso II, e alterações posterior; **VALOR GLOBAL**: R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais); **VIGÊNCIA**: 08/04/2026 a 31/12/2026; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Orgão: 01 - Câmara Municipal; Unidade Gestora: 01.01 - Câmara Municipal; Projeto/Atividade: 2001 - Manutenção E Funcionamento Da Câmara Municipal
Classificação Econômica: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços De Terceiro Pessoa Jurídica;**CONTRATADA**: MAXIMIZE - SOLUÇÕES GOVERNAMENTAIS - EPP, CNPJ nº 34.152.898/0001-35; **CONTRATANTE**: Câmara Municipal de Duque Bacelar - Ma; **SIGNATÁRIOS**, Sr. Alexandre Coelho Lopes, CPF n° 626.803.973-47, pela CONTRATADA e Sr. Antônio Fernando Oliveira, CPF n° 432.433.123-53, pela **CONTRATANTE**. Duque Bacelar - Ma, 08 de abril de 2026.

Adv. José Diêgo Leal Sales
OAB/PI 11586
Assessoria Jurídica

Identificador: 3913-df9b48a971333e1f9f2e87454944daba325fe11b

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0903/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0903/2026

REF.: Processo Administrativo nº 08/2026; Dispensa de Licitação nº 02/2026; **OBJETO**: Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Sistema de Votação Eletrônica e Painel Digital destinado à Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA; **AMPARO LEGAL**: Lei Federal n° 14.133/2021, Art. 75, inciso II, e alterações posterior; **VALOR GLOBAL**: R$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais); **VIGÊNCIA**: 10 (dez) meses, 09/03/2026 a 31/12/2026; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Orgão: 01 - Câmara Municipal Unidade Gestora: 01.01 - Câmara Municipal; Projeto/Atividade: 2001 - Manutenção E Funcionamento Da Câmara Municipal; Classificação Econômica: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços De Terceiro Pessoa Jurídica; **CONTRATADA**: V P DA C CASTRO, CNPJ nº 45.538.503/0001-53; **CONTRATANTE**: Câmara Municipal de Duque Bacelar - Ma; **SIGNATÁRIOS:** Sr. Vinícios Pereira da Costa Castro, CPF n° 608.984.583-31, pela CONTRATADA e Sr. Antônio Fernando Oliveira, CPF n° 432.433.123-53, pela **CONTRATANTE**. Duque Bacelar - Ma, 09 de março de 2026.

Adv. José Diêgo Leal Sales
OAB/PI 11586
Assessoria Jurídica

Identificador: 3913-c8c943902a2b5e24207d45f42b0bd4fd15bce4d2

EXTRATO DE CONTRATO Nº 300302/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 300302/2026

REF.: Processo Administrativo nº 018/2026; Dispensa de Licitação nº 07/2026; **OBJETO**: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento eletrônico e digitalização de documentos contábeis, licitatórios, patrimoniais e demais atos administrativos e legislativos do exercício de 2025 e para o exercício de 2026; **AMPARO LEGAL**: Lei Federal n° 14.133/2021, Art. 75, inciso II, e alterações posterior; **VALOR GLOBAL**: R$ 11.368,00 (onze mil, trezentos e sessenta e oito reais); **VIGÊNCIA**: 30/03/2026 A 31/12/2026; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Orgão: 01 - Câmara Municipal; Unidade Gestora: 01.01 - Câmara Municipal; Projeto/Atividade: 2001 - Manutenção E Funcionamento Da Câmara Municipal; Classificação Econômica; 3.3.90.39.00 - Outros Serviços De Terceiro Pessoa Jurídica; **CONTRATADA** TC AUTO COMERCIO E SERVICOS LTDA CNPJ: 37.593.545/0001-69; **CONTRATANTE**: Câmara Municipal de Duque Bacelar - Ma; **SIGNATÁRIOS:** Sra. Caroline Mota Marinho, CPF n° 051.592.563-26, pela CONTRATADA e Sr. Antônio Fernando Oliveira, CPF n° 432.433.123-53, pela **CONTRATANTE**. Duque Bacelar - Ma, 30 de março de 2026.

Adv. José Diêgo Leal Sales
OAB/PI 11586
Assessoria Jurídica

Identificador: 3913-7667a0e5289f9251c691d141f4d132824e48b11b

EXTRATO DE CONTRATO Nº 3103/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 3103/2026

REF.: Processo Administrativo nº 06/2026; Dispensa de Licitação nº 01/2026; **OBJETO**: Contratação de empresa especializada em fornecimento de combustível, de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar; **AMPARO LEGAL**: Lei Federal n° 14.133/2021, Art. 75, inciso II, e alterações posterior; **VALOR GLOBAL**: R$ 62.990,00 (Sessenta e dois mil e novecentos e noventa reais); **VIGÊNCIA**: 12 (doze) meses, 31/03/2026 a 31/03/2027; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Orgão: 01 - Câmara Municipal; Unidade Gestora: 01.01 - Câmara Municipal; Projeto/Atividade: 2001 - Manutenção E Funcionamento Da Câmara Municipal; Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 - Material De Consumo.; **CONTRATADA**: O DUQUE LTDA, inscrita no CNPJ nº 56.000.162/0001-84; **CONTRATANTE**: Câmara Municipal de Duque Bacelar - Ma; **SIGNATÁRIOS:** Sra. Luciana de Araújo Lima, inscrita no CPF n° 608.029.453-25, pela CONTRATADA e Sr. Antônio Fernando Oliveira, CPF n° 432.433.123-53, pela **CONTRATANTE**. Duque Bacelar - Ma, 31 de março de 2026.

Adv. José Diêgo Leal Sales
OAB/PI 11586
Assessoria Jurídica

EXTRATO DE CONTRATO Nº 030/2026

REF.: Processo Administrativo nº 061/2026. Dispensa de Licitação nº 012/2026. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada em fornecimento de combustível para a frota oficial da Câmara Municipal de Duque Bocage. **AMPARO LEGAL:** Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 75, inciso II, e alterações posteriores. **VALOR GLOBAL:** R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais). **VIGÊNCIA:** 08/04/2026 a 31/12/2026. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Órgão 01 - Câmara Municipal; Unidade Gestora 01.01 - Câmara Municipal; Projeto/Atividade 2001 - Manutenção da Câmara Municipal. **CONTRATADA:** Posto Estrela do Vale Ltda., CNPJ nº 33.901.456/0001-27, neste ato representada por seu sócio-administrador Sr. Antônio Carlos Mendes. **CONTRATANTE:** Câmara Municipal de Duque Bocage - MG. **SIGNATÁRIOS:** Sra. Cláudia Regina Fonseca, Presidente da Câmara, e Sr. Antônio Carlos Mendes. **FORO:** Comarca de Duque Bocage - MG. Duque Bocage - MG, 08 de abril de 2026.

Dra. Renata Vasconcelos Pires
Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 031/2026

REF.: Processo Administrativo nº 063/2026. Dispensa de Licitação nº 013/2026. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de ar-condicionado. **AMPARO LEGAL:** Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 75, inciso II, e alterações posteriores. **VALOR GLOBAL:** R$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais). **VIGÊNCIA:** 15/04/2026 a 14/10/2026. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Órgão 01 - Câmara Municipal; Unidade Gestora 01.01 - Câmara Municipal; Projeto/Atividade 2001 - Manutenção da Câmara Municipal. **CONTRATADA:** Frio Norte Refrigeração Ltda., CNPJ nº 41.207.365/0001-90, neste ato representada por seu sócio-administrador Sr. Rodrigo Almeida Pinto. **CONTRATANTE:** Câmara Municipal de Duque Bocage - MG. **SIGNATÁRIOS:** Sra. Cláudia Regina Fonseca, Presidente da Câmara, e Sr. Rodrigo Almeida Pinto. **FORO:** Comarca de Duque Bocage - MG. Duque Bocage - MG, 15 de abril de 2026.

Dra. Renata Vasconcelos Pires
Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 032/2026

REF.: Processo Administrativo nº 065/2026. Dispensa de Licitação nº 014/2026. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada em serviços de gerenciamento eletrônico e digitalização de documentos contábeis. Iniciativa: parlamentar e demais atos administrativos e legislativos do exercício de 2025 e para o exercício de 2026. **AMPARO LEGAL:** Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 75, inciso II, e alterações posteriores. **VALOR GLOBAL:** R$ 11.369,00 (onze mil, trezentos e sessenta e oito reais). **VIGÊNCIA:** 20/05/2026 a 31/12/2026. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Órgão 01 - Câmara Municipal; Unidade Gestora 01.01 - Câmara Municipal; Projeto/Atividade 2001 - Manutenção e Funcionamento da Câmara Municipal. **CONTRATADA:** TC Auto Comércio e Serviços Ltda., CNPJ nº 27.583.916/0001-69. **CONTRATANTE:** Câmara Municipal de Duque Bocage - MG. **SIGNATÁRIOS:** Sra. Cláudia Maia Martins, CPF nº 041.892.863-26, pela CONTRATADA e Sr. Antônio Fernando Oliveira, CPF nº 432.433.123-53, pela **CONTRATANTE**, Duque Bocage - MG, 20 de maio de 2026.

Adv. José Diego Leal Sales
OAB/PI 11586
Assessoria Jurídica

EXTRATO DE CONTRATO Nº 033/2026

REF.: Processo Administrativo nº 068/2026. Dispensa de Licitação nº 015/2026. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada em serviços de limpeza, conservação e higienização predial. **AMPARO LEGAL:** Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 75, inciso II, e alterações posteriores. **VALOR GLOBAL:** R$ 18.000,00 (dezoito mil reais). **VIGÊNCIA:** 01/05/2026 a 31/12/2026. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Órgão 01 - Câmara Municipal; Unidade Gestora 01.01 - Câmara Municipal; Projeto/Atividade 2001 - Manutenção e Funcionamento da Câmara Municipal. **CONTRATADA:** Limpeza Total Serviços Ltda., CNPJ nº 29.417.508/0001-74, neste ato representada por seu sócio-administrador Sr. Francisco Edmilson Rocha. **CONTRATANTE:** Câmara Municipal de Duque Bocage - MG. **SIGNATÁRIOS:** Sra. Cláudia Regina Fonseca, Presidente da Câmara, e Sr. Francisco Edmilson Rocha. **FORO:** Comarca de Duque Bocage - MG. Duque Bocage - MG, 28 de abril de 2026.

Adv. José Diego Leal Sales
OAB/PI 11586
Assessoria Jurídica

CÂMARA MUNICIPAL DE
DUQUE BACELAR
Transparência, responsabilidade e desenvolvimento

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

CAMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR

EXTRATO DE CONTRATO Nº 3103/2026

REF.: Processo Administrativo nº 06/2026; Dispensa de Licitação nº 01/2026; **OBJETO**: Contratação de empresa especializada em fornecimento de combustível, de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar; **AMPARO LEGAL**: Lei Federal n° 14.133/2021, Art. 75, inciso II, e alterações posterior; **VALOR GLOBAL**: R$ 62.990,00 (Sessenta e dois mil e novecentos e noventa reais); **VIGÊNCIA**: 12 (doze) meses, 12/03/2025 a 12/03/2026; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Orgão: 01 – Câmara Municipal; Unidade Gestora: 01.01 – Câmara Municipal; Projeto/Atividade: 2001 - Manutenção E Funcionamento Da Câmara Municipal; Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 - Material De Consumo.; **CONTRATADA**: O DUQUE LTDA, inscrita no CNPJ nº 56.000.162/0001-84; **CONTRATANTE**: Câmara Municipal de Duque Bacelar - Ma; **SIGNATÁRIOS:** Sra. Luciana de Araújo Lima, inscrita no CPF n° 608.029.453-25, pela CONTRATADA e Sr. Antônio Fernando Oliveira, CPF n° 432.433.123-53, pela **CONTRATANTE**. Duque Bacelar - Ma, 31 de março de 2026.

Adv. José Diêgo Leal Sales
OAB/PI 11586
Assessoria Jurídica

FLS. Nº 189
Rubrica

mails institucionais; tratamento e processamento de dados), desenvolvimento do portal com extensão .ma.gov.br e locação da plataforma de transparência, e-sic, ouvidoria, carta de serviços, execução do portal da transparência da câmara municipal, acompanhado de monitoramento de sistemas de terceiros, autoavaliação do portal, acompanhamento de informações (consultoria e assessoria), suporte e treinamento online e presencial; **AMPARO LEGAL**: Lei Federal n° 14.133/2021, Art. 75, inciso II, e alterações posterior; **VALOR GLOBAL**: R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais); **VIGÊNCIA**: 08/04/2026 a 31/12/2026; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Orgão: 01 - Câmara Municipal; Unidade Gestora: 01.01 - Câmara Municipal; Projeto/Atividade: 2001 - Manutenção E Funcionamento Da Câmara Municipal
Classificação Econômica: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços De Terceiro Pessoa Jurídica;**CONTRATADA**: MAXIMIZE - SOLUÇÕES GOVERNAMENTAIS - EPP, CNPJ nº 34.152.898/0001-35; **CONTRATANTE**: Câmara Municipal de Duque Bacelar - Ma; **SIGNATÁRIOS**, Sr. Alexandre Coelho Lopes, CPF n° 626.803.973-47, pela CONTRATADA e Sr. Antônio Fernando Oliveira, CPF n° 432.433.123-53, pela **CONTRATANTE**. Duque Bacelar - Ma, 08 de abril de 2026.

Adv. José Diêgo Leal Sales
OAB/PI 11586
Assessoria Jurídica

Identificador: 3913-df9b48a971333e1f9f2e87454944daba325fe11b

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0903/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0903/2026

REF.: Processo Administrativo nº 08/2026; Dispensa de Licitação nº 02/2026; **OBJETO**: Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Sistema de Votação Eletrônica e Painel Digital destinado à Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA; **AMPARO LEGAL**: Lei Federal n° 14.133/2021, Art. 75, inciso II, e alterações posterior; **VALOR GLOBAL**: R$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais); **VIGÊNCIA**: 10 (dez) meses, 09/03/2026 a 31/12/2026; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Orgão: 01 - Câmara Municipal Unidade Gestora: 01.01 - Câmara Municipal; Projeto/Atividade: 2001 - Manutenção E Funcionamento Da Câmara Municipal; Classificação Econômica: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços De Terceiro Pessoa Jurídica; **CONTRATADA**: V P DA C CASTRO, CNPJ nº 45.538.503/0001-53; **CONTRATANTE**: Câmara Municipal de Duque Bacelar - Ma; **SIGNATÁRIOS:** Sr. Vinícios Pereira da Costa Castro, CPF n° 608.984.583-31, pela CONTRATADA e Sr. Antônio Fernando Oliveira, CPF n° 432.433.123-53, pela **CONTRATANTE**. Duque Bacelar - Ma, 09 de março de 2026.

Adv. José Diêgo Leal Sales
OAB/PI 11586
Assessoria Jurídica

Identificador: 3913-c8c943902a2b5e24207d45f42b0bd4fd15bce4d2

EXTRATO DE CONTRATO Nº 300302/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 300302/2026

REF.: Processo Administrativo nº 018/2026; Dispensa de Licitação nº 07/2026; **OBJETO**: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento eletrônico e digitalização de documentos contábeis, licitatórios, patrimoniais e demais atos administrativos e legislativos do exercício de 2025 e para o exercício de 2026; **AMPARO LEGAL**: Lei Federal n° 14.133/2021, Art. 75, inciso II, e alterações posterior; **VALOR GLOBAL**: R$ 11.368,00 (onze mil, trezentos e sessenta e oito reais); **VIGÊNCIA**: 30/03/2026 A 31/12/2026; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Orgão: 01 - Câmara Municipal; Unidade Gestora: 01.01 - Câmara Municipal; Projeto/Atividade: 2001 - Manutenção E Funcionamento Da Câmara Municipal; Classificação Econômica; 3.3.90.39.00 - Outros Serviços De Terceiro Pessoa Jurídica; **CONTRATADA** TC AUTO COMERCIO E SERVICOS LTDA CNPJ: 37.593.545/0001-69; **CONTRATANTE**: Câmara Municipal de Duque Bacelar - Ma; **SIGNATÁRIOS:** Sra. Caroline Mota Marinho, CPF n° 051.592.563-26, pela CONTRATADA e Sr. Antônio Fernando Oliveira, CPF n° 432.433.123-53, pela **CONTRATANTE**. Duque Bacelar - Ma, 30 de março de 2026.

Adv. José Diêgo Leal Sales
OAB/PI 11586
Assessoria Jurídica

Identificador: 3913-7667a0e5289f9251c691d141f4d132824e48b11b

EXTRATO DE CONTRATO Nº 3103/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 3103/2026

REF.: Processo Administrativo nº 06/2026; Dispensa de Licitação nº 01/2026; **OBJETO**: Contratação de empresa especializada em fornecimento de combustível, de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar; **AMPARO LEGAL**: Lei Federal n° 14.133/2021, Art. 75, inciso II, e alterações posterior; **VALOR GLOBAL**: R$ 62.990,00 (Sessenta e dois mil e novecentos e noventa reais); **VIGÊNCIA**: 12 (doze) meses, 31/03/2026 a 31/03/2027; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Orgão: 01 - Câmara Municipal; Unidade Gestora: 01.01 - Câmara Municipal; Projeto/Atividade: 2001 - Manutenção E Funcionamento Da Câmara Municipal; Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 - Material De Consumo.; **CONTRATADA**: O DUQUE LTDA, inscrita no CNPJ nº 56.000.162/0001-84; **CONTRATANTE**: Câmara Municipal de Duque Bacelar - Ma; **SIGNATÁRIOS:** Sra. Luciana de Araújo Lima, inscrita no CPF n° 608.029.453-25, pela CONTRATADA e Sr. Antônio Fernando Oliveira, CPF n° 432.433.123-53, pela **CONTRATANTE**. Duque Bacelar - Ma, 31 de março de 2026.

Adv. José Diêgo Leal Sales
OAB/PI 11586
Assessoria Jurídica

CÂMARA MUNICIPAL DE
DUQUE BACELAR
Transparência, responsabilidade e desenvolvimento

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

DESPACHO PRESIDENTE CÂMARA MUNICIPAL

ORDEM DE SERVIÇO

Autorizo a Empresa: O DUQUE LTDA, inscrita no CNPJ nº 56.000.162/0001-84, sediada na Rua Santo Inácio, Centro, Duque Bacelar/MA, CEP: 65625-000, a fornecimento de combustível, de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar, objeto da Dispensa de Licitação nº 01/2026, processo administrativo nº 06/2026.

Duque Bacelar - MA, 31 de março de 2026.

Antônio Fernando Oliveira
Presidente

FLS. Nº

FLS. Nº 191
Rubrica

CÂMARA MUNICIPAL DE
DUQUE BACELAR
Transparência, responsabilidade e desenvolvimento

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO

Processo Administrativo nº 06.2026

Aos (31) trinta e um dias do mês de março de dois mil e vinte seis, lavrei o presente TERMO DE ENCERRAMENTO deste processo Administrativo para realização de dispensa de licitação e Contratação de empresa especializada em fornecimento de combustível, de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar, que tem como última folha a de nº ....., que corresponde a este termo.

Debora Daniele Dias de Sousa
Secretária Administrativa